



*M. F. T. S.*  
*Tribuna*

# Relatório de atividades

2025



M. J. A.  
Instituto

# Índice

<b>Mensagem do Diretor Geral</b>	<b>1</b>
<b>1. Quem somos</b>	<b>3</b>
1.1. Missão, visão e valores	3
1.2. Organização e Equipa	3
<b>2. Quem acompanhamos</b>	<b>6</b>
<b>3. O que fazemos</b>	<b>8</b>
3.1. Área de Apoio e Gestão	8
3.1.1. Recursos Humanos e Voluntariado	8
3.1.2. Projetos	11
3.2. Área de <i>Advocacy</i> e Comunicação	13
3.2.1. <i>Advocacy</i>	13
3.2.2. Comunicação e Fundraising	15
3.2.2.1. Comunicação	15
3.2.2.2. <i>Fundraising</i>	18
3.3. Área de Acolhimento	19
3.3.1. Centro de Acolhimento Norte (Vila Nova de Gaia)	19
3.3.2. Centro de Acolhimento Sul (Vendas Novas)	21
3.3.3. Centro Pedro Arrupe (CPA)	23
3.3.4. Habitação	25
3.3.5. Comunidades de Hospitalidade (CH)	26
3.4. Área de Acompanhamento	28
3.4.4. Academia	47
3.4.5. Emprego	50
3.4.6. Jurídico	52
3.4.7. Mediadores AIMA e EMAIMA	53
<b>4. Social Leapfrog</b>	<b>55</b>
<b>5. Resposta do JRS ao Plano Apostólico da Província Portuguesa da Companhia de Jesus (PAP)</b>	<b>56</b>
<b>Anexo: Parceiros e Financiadores 2025</b>	<b>57</b>
<b>Nota final</b>	<b>59</b>

U.  
JRS  
24  
JRS

# Mensagem do Diretor Geral

O ano de 2025 foi um ano particularmente exigente. Exigente para a organização, para as equipas e, sobretudo, para os milhares imigrantes e refugiados que nos procuraram em momentos decisivos das suas vidas. Num contexto marcado por alterações legislativas, instabilidade no financiamento e um ambiente social progressivamente mais desafiante, o JRS procurou manter-se fiel ao essencial: estar próximo, escutar, acompanhar e não desistir de ninguém.

Ao longo do ano, acompanhámos 4 106 pessoas, realizando 22 912 atendimentos. Estes números são expressão de um trabalho intenso e contínuo, mas não traduzem por si só o que significam os dias de incerteza de quem aguarda uma decisão administrativa, a angústia de não conseguir aceder a uma habitação digna, o impacto emocional da separação familiar ou o esforço diário para reconstruir um projeto de vida num país novo. Cada atendimento representa uma história concreta, um rosto, uma esperança renovada ou, tantas vezes, um pedido urgente de ajuda.

O acompanhamento desenvolvido pelo JRS assenta numa lógica integrada e multidisciplinar. Ao longo de 2025, procurámos responder às múltiplas dimensões da vida das pessoas migrantes: apoio social, enquadramento jurídico, acesso à saúde, saúde mental, empregabilidade, formação, aprendizagem da língua, mediação intercultural e habitação. Esta intervenção articulada permitiu não apenas resolver situações urgentes, mas também construir percursos sustentáveis de autonomização.

Em paralelo, reforçámos o trabalho de advocacy, conscientes de que acompanhar implica também defender. Defender políticas mais justas, procedimentos mais céleres, acesso efetivo a direitos fundamentais. Defender a dignidade de quem chega e a necessidade de uma sociedade que saiba integrar com responsabilidade e humanidade.

Foi também um ano de decisões difíceis. Na ausência de financiamento que permitisse a continuidade das atividades dos Centros de Acolhimento em Vila Nova de Gaia e em Vendas Novas encerrámos temporariamente estas respostas no final de 2025. Esta decisão teve naturalmente impacto na organização e nas pessoas aí acolhidas. Para muitos, estes centros foram o primeiro espaço seguro após percursos de fuga e incerteza. Para as equipas, foram lugares de entrega diária, onde se construiu, com profissionalismo e humanidade, uma resposta estruturada e digna. Encerrar estas respostas não significou abandonar a missão, mas obrigou-nos a repensar caminhos, ajustar estruturas e redobrar a criatividade na procura de soluções sustentáveis.

*Handwritten notes and initials in the top right corner.*

Nenhum deste trabalho teria sido possível sem uma rede sólida de colaboração. Expressamos o nosso profundo agradecimento aos parceiros formais e informais, cuja articulação tornou possível uma resposta mais completa e integrada; aos financiadores, que confiaram na nossa missão e permitiram a continuidade de projetos essenciais; aos doadores individuais e empresariais, cujo contributo teve impacto direto na vida das pessoas acompanhadas; e aos colaboradores e voluntários, que diariamente colocam as suas competências, tempo e dedicação ao serviço desta nossa Missão.

Este relatório é o resultado de um esforço coletivo e de uma convicção partilhada: a de que a hospitalidade, a justiça e a solidariedade não são conceitos abstratos, mas práticas concretas que se constroem todos os dias. Num contexto de incerteza, o JRS reafirma o seu compromisso de continuar a acompanhar, servir e defender, com profissionalismo, responsabilidade e esperança, todas as pessoas que nos procuram para recomeçar o seu caminho.

*Handwritten signature of André Costa Jorge*

André Costa Jorge

Handwritten notes and signatures in the top right corner.

# 1. Quem somos

- 1.1. Missão, visão e valores
- 1.2. Organização e Equipa

## 1.1. Missão, visão e valores

### Missão

O Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS) é uma organização internacional da Igreja Católica, fundada em 1980, sob responsabilidade da Companhia de Jesus.

O JRS tem como missão «Acompanhar, Servir e Defender» os refugiados, deslocados à força e todos os migrantes em situação de particular vulnerabilidade, estando atualmente presente em cerca de 50 países no mundo.

### Visão

Uma sociedade marcada por uma cultura de hospitalidade enriquecedora para todos e onde os migrantes, particularmente os mais vulneráveis, encontrem condições para a sua participação ativa como cidadãos de pleno direito e acedam aos meios necessários à sua autonomia.

### Valores

**Compaixão** que impele a aliviar o sofrimento, criando empatia com o outro e tratando-o com respeito e dignidade.

**Esperança** que os migrantes podem reencontrar e que seja uma resposta ao seu sofrimento e às suas dificuldades.

**Solidariedade** que nos leva a estar em comunhão com os migrantes, tentando dar resposta aos seus problemas e colocando-nos lado a lado para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

**Hospitalidade** que nos inspira a reunir as melhores condições de acompanhamento dos migrantes para que se sintam acolhidos e no centro da missão do JRS.

**Justiça** que nos compromete a trabalhar com os migrantes no sentido da defesa dos seus direitos, para que possam ser membros ativos e de pleno direito na nossa sociedade.

**Participação** que encoraja a corresponsabilidade, o discernimento e a tomada de decisão conjunta.

### Princípios

**Identidade Cristã:** A ação do JRS é inspirada pela Doutrina Social da Igreja e pela visão cristã da pessoa e do mundo.

**Sustentabilidade:** A atividade do JRS é desenvolvida tendo em consideração estratégias que conduzam a um equilíbrio financeiro, técnico e ambiental.

**Responsabilidade e proatividade:** O JRS promove a liberdade e a autonomia de atuação no desenvolvimento das suas atividades, recorrendo apenas a instâncias superiores quando se vê incapaz de levar a cabo a tarefa autonomamente.

**Trabalho em parceria:** É fundamental desenvolver com terceiros um trabalho em parceria para que sejam encontradas soluções articuladas para os graves problemas que afetam os migrantes.

**Trabalho integrado e em equipa:** A ação articulada entre as várias equipas do JRS é essencial para uma resposta integrada às múltiplas necessidades dos migrantes que nos procuram.

**Avaliação e transparência:** Para aferir resultados e o impacto da atuação do JRS é fundamental a monitorização e supervisão, recorrendo à avaliação interna e externa, bem como à autoavaliação, e assim, cultivar uma clareza e transparência nas ações e resultados obtidos.

## 1.2. Organização e Equipa

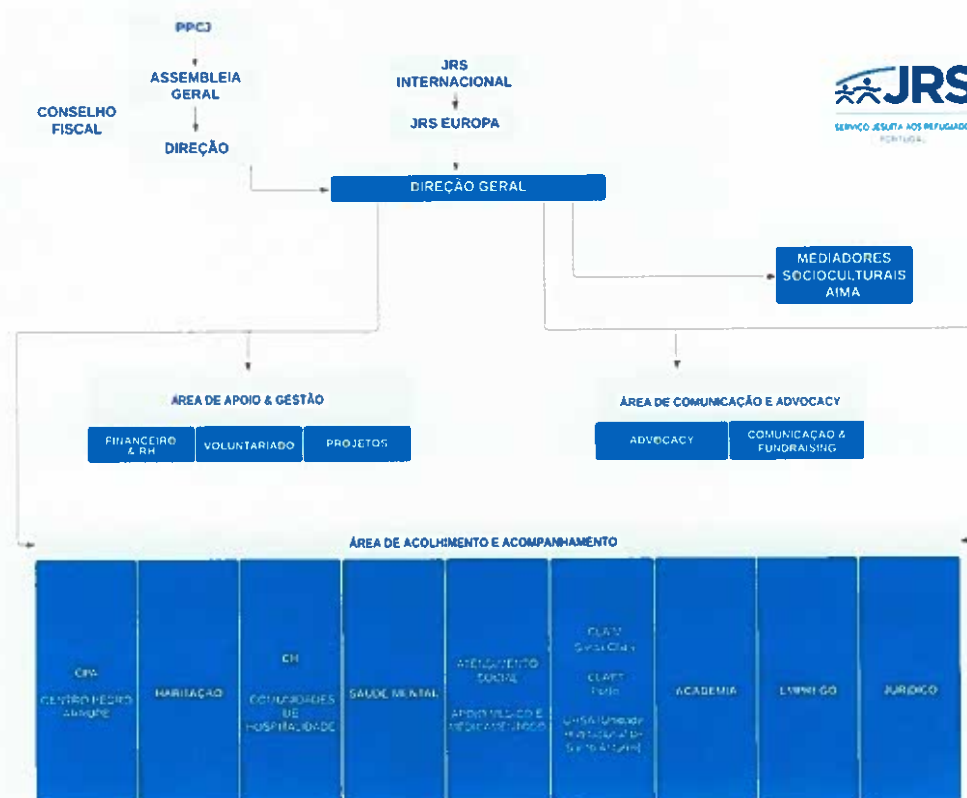


Imagem 1 – Organização e equipa: Organigrama JRS 2025

A equipa do JRS, no ano de 2025, foi composta em média por 101 colaboradores, com presença em Lisboa, Porto, Vendas Novas e Vila Nova de Gaia. Contamos também com 15 estagiários. A estes juntaram-se 122 voluntários com uma atuação a nível nacional.

De seguida apresentamos os resultados do nosso trabalho ao longo do último ano. Salientamos que este é um relatório feito com a colaboração das várias equipas do JRS e, por isso, "escrito a diversas mãos".

M. A. F.

2020



M4

f m- A M  
D. B. S.

## 2. Quem acompanhamos

No decorrer de 2025, o JRS acompanhou um total de **4 106 pessoas migrantes**, entre as quais imigrantes, requerentes de asilo, beneficiários de proteção internacional e temporária, entre outros. Ao longo do ano, foram realizados **22 912 acompanhamentos**, refletindo um compromisso consistente com uma intervenção integral, individualizada e centrada na pessoa, sustentada na proximidade, na escuta ativa e na (co) construção de percursos de progressiva autonomia.

A análise comparativa com 2024, revela um crescimento de **7% no número de pessoas acompanhadas e um aumento de 25% no número de acompanhamentos realizados**.

Esta evolução não traduz apenas uma maior procura pelos serviços, mas também uma maior intensidade e complexidade da intervenção, associada a processos de regularização mais exigentes, dificuldades acrescidas no acesso à habitação, ao emprego e aos direitos sociais, bem como à necessidade de acompanhamento prolongado. O reforço dos acompanhamentos realizados no âmbito dos Centros de Acolhimento, designadamente em Vendas Novas e Vila Nova de Gaia, contribuiu igualmente para este aumento, evidenciando a importância destas respostas na promoção de condições de acolhimento dignas e autonomização.

No que diz respeito ao perfil socio-demográfico da população acompanhada pelo JRS, os dados revelam uma concentração significativa de pessoas migrantes em **idade ativa**, refletindo o impacto dos processos migratórios associados à procura de melhores condições de vida, com mais dignidade e segurança. Observa-se ainda uma predominância do **sexo feminino (59%)**, mantendo-se a tendência já observada em anos anteriores.

Relativamente ao perfil social, os dados disponíveis indicam que cerca de **27%** das pessoas acompanhadas se encontram **em situação de particular vulnerabilidade social**, enfrentando obstáculos significativos como precariedade habitacional, instabilidade laboral, ausência de rede de suporte, dificuldades no acesso a cuidados de saúde ou processos de regularização complexos. Esta realidade sublinha a relevância de uma intervenção multidisciplinar e articulada, capaz de responder a necessidades simultaneamente jurídicas, sociais e psicossociais.

No que diz respeito às nacionalidades mais representativas, manteve-se a tendência histórica de predominância de cidadãos oriundos de países pertencentes às comunidades de países de língua portuguesa (CPLP). No conjunto das **92 nacionalidades**, destacam-se: **S. Tomé e Príncipe (22%), Guiné-Bissau (11%), Brasil (10%) Angola (9%) e Colômbia (5%)**.

Handwritten signature and initials in blue ink.



No que concerne à distribuição geográfica, a população acompanhada pelo JRS em 2025 apresentou uma cobertura territorial alargada, com presença em **90 concelhos distintos** e em todos os distritos de Portugal continental, o que evidencia o alcance nacional do JRS-Portugal. Entre os distritos predominantes, destacam-se **Lisboa (49%), Porto (22%) e Setúbal (7%)**. Esta concentração reflete, por um lado, a maior densidade de população migrante nas áreas metropolitanas e, por outro, os polos de intervenção do JRS (Lisboa, Porto e Vendas Novas).

Por último, destaca-se a clara predominância de pessoas imigrantes, que representam 87% do total da população acompanhada em 2025, face a pessoas requerentes de asilo ou beneficiárias de proteção internacional ou temporária. Embora a percentagem destes últimos seja consideravelmente inferior, estes perfis continuam a exigir uma resposta especializada e intensiva, sobretudo nas fases iniciais de acolhimento e integração e que se prolonga por períodos não inferiores a 12 meses.

Em síntese, os dados de 2025 revelam não apenas um aumento do número de pessoas acompanhadas, mas sobretudo uma intensificação da intervenção e da complexidade das situações acompanhadas, confirmando a necessidade de respostas estruturadas, continuadas e centradas na promoção da dignidade e da autonomização das pessoas migrantes em Portugal.

*Handwritten signature and initials*

# 3. O que fazemos

- 3.1. Área de Apoio e Gestão
- 3.2. Advocacy e Comunicação
- 3.3. Área de Acolhimento

- 3.4. Área de Acompanhamento
- 3.5. Mediadores AIMA e EMAIMA

## 3.1. Área de Apoio e Gestão

### 3.1.1. Recursos Humanos e Voluntariado

A Área de Recursos Humanos (RH) e Voluntariado do JRS Portugal tem como principal propósito acompanhar os colaboradores em todas as etapas do seu percurso na organização, assegurando um apoio contínuo e eficaz às diversas equipas, nomeadamente no âmbito da gestão do voluntariado.

Compete a esta área a gestão administrativa e do voluntariado, a coordenação da comunicação interna, a promoção da formação, a implementação de medidas de higiene e segurança no trabalho, bem como o desenvolvimento e fortalecimento das equipas.

Desempenha igualmente um papel essencial no acompanhamento dos voluntários no terreno, prestando o apoio necessário e respondendo de forma diligente a quaisquer questões ou necessidades que possam surgir no exercício das suas funções.

#### Indicadores de gestão de pessoas

##### 1) Processos de Contratação

Em 2025, o JRS iniciou o ano com 103 trabalhadores ativos (68 no JRS, 14 mediadores socioculturais no Centro de Contacto da AIMA e 20 mediadores socioculturais ao abrigo das Estruturas de Missão da AIMA). Ao longo do ano, o departamento de RH incluiu variados processos de recrutamento para colmatar necessidades operacionais e corresponder a projetos aprovados. O número apresentado inclui todas as admissões, independentemente da sua permanência, incluindo todas as contratações tanto para novas posições como para substituições.

Assim, o indicador apresentado representa o volume total (12) de admissões processadas pelos Recursos Humanos demonstrando o papel desempenhado pelo departamento na adaptação das equipas às exigências e objetivos institucionais.

A análise das admissões indica que a maior parte dos processos de recrutamento teve como objetivo o reforço da equipa técnica de Lisboa, seguida da equipa técnica do Norte, que também apresentou sinais de crescimento. Esta expansão visou fortalecer as equipas técnicas, garantindo a continuidade da prestação de apoio tanto às pessoas imigrantes e refugiadas como aos colaboradores do JRS.

Em dezembro de 2025, o JRS contava com 97 colaboradores, dos quais apenas 48 transitarão para janeiro de 2026, tendo em conta a conclusão de vários projetos estruturantes da instituição.

M. - Trabalho  
H. M.

Para além do recrutamento, a área de Recursos Humanos assume responsabilidades estratégicas de elevada importância, nomeadamente o apoio permanente a todos os departamentos, o acompanhamento e a integração dos colaboradores, bem como o suporte operacional às equipas.

Estas funções contribuem de forma decisiva para a consolidação de um ambiente organizacional coeso e para a promoção de um desenvolvimento contínuo e sustentável das equipas.

## 2) Cessação de Vínculos Laborais

Este indicador inclui todas as formas de saída da organização, classificadas em:

- Voluntárias (9) – cujas decisões foram tomadas pelo próprio colaborador,
- Involuntárias (9) – decisões tomadas pela organização,
- Outras (46) – incluem diferentes circunstâncias, tais como o término dos contratos temporários ou substituições.

Devido ao processo de despedimento coletivo e caducidade contratual de colaboradores cujos vínculos se mantinham até 31 de dezembro de 2025, motivados pela ausência de projetos financiados para o ano de 2026, verificou-se um aumento total das saídas, quer Involuntárias, quer denominadas por “Outras”.

## 3) Rotatividade (Turnover)

Para cálculo deste indicador apenas são consideradas as saídas voluntárias e involuntárias. Esta metodologia permite avaliar a retenção e estabilidade das equipas, refletindo fatores influenciáveis pelo JRS Portugal.

### Análise da Rotatividade – 2025

A taxa global de rotatividade registou um valor de aproximadamente 52%, resultado de um contexto organizacional marcado por um despedimento coletivo e pela caducidade de diversos contratos de trabalho, decorrentes da redução de financiamento em alguns projetos. Este aumento significativo da rotatividade deve, por isso, ser interpretado como uma consequência direta de fatores externos e estruturais, não refletindo fragilidades nas políticas de retenção ou gestão de pessoas da instituição.

A taxa de rotatividade voluntária, situada em torno de 11%, mantém-se dentro de níveis considerados estáveis, evidenciando a continuidade do compromisso e da motivação dos colaboradores que permanecem na organização. Já a rotatividade involuntária, que integra as saídas por término de contrato e medidas de redução de pessoal, traduz a necessidade de ajustamento operacional face ao novo enquadramento financeiro.

A organização mantém o compromisso de acompanhar de forma próxima as equipas, promovendo a estabilidade, o bem-estar e a continuidade das atividades essenciais no novo contexto institucional.

## 4) Gestão de Voluntários

O voluntariado é uma área crucial no JRS Portugal, sendo que em 2025 registou-se uma média de 122 voluntários com maior preponderância nas Comunidades de Hospitalidade, Centro Pedro Arrupe, UHSA, Gabinete de Emprego e Gabinete Social.



11:00 - Encontro e partilha

12:30 - Missa (facultativa)

13:00 - Almoço

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'mf', 'f', and 'JRS'.

Local: CPA  
Centro Pedro Arrupe

# ENCONTRO VOLUNTÁRIOS



Imagens 2 e 3 – Encontro de Voluntários: junho, 2025

No dia 6 de junho de 2025 realizou-se o Encontro Oficial de Voluntários do JRS Portugal, que reuniu voluntários da Sede do JRS e do Centro Pedro Arrupe. Este momento de convívio e partilha permitiu fortalecer os laços entre todos os participantes, promovendo o espírito de missão e serviço que caracteriza o voluntariado no seio da organização.

Com esta iniciativa, o JRS Portugal reafirma o seu compromisso com os voluntários, expressando reconhecimento pelo contributo essencial que cada um oferece e reforçando a importância de alinhar as necessidades das equipas com a disponibilidade e dedicação dos voluntários.

### 3.1.2. Projetos

Em 2025, a equipa de projetos trabalhou num contexto especialmente desafiante, marcado por grande instabilidade no financiamento destinado ao acolhimento e/ou integração de imigrantes e refugiados.

Neste cenário, o trabalho da equipa organizou-se em três eixos principais: identificação de necessidades junto das equipas de terreno e preparação de candidaturas; acompanhamento e apoio na execução dos projetos em curso; e na procura de soluções de financiamento mais sustentáveis e alinhadas com a missão do JRS.

#### Diagnóstico de necessidades e preparação de candidaturas

Ao longo de 2025, a equipa de projetos trabalhou de forma próxima com as equipas de terreno, procurando compreender as necessidades específicas de cada área, os principais constrangimentos e prioridades.

Durante o ano **foram submetidas 16 candidaturas** a financiamento. Destas, 7 foram aprovadas, 4 não obtiveram aprovação e 5 permanecem em análise pelas entidades financiadoras. Destaca-se, neste âmbito, a apresentação, pela primeira vez, de uma candidatura internacional ao AMIF enquanto entidade promotora. O projeto "Power Up", desenvolvido em parceria com várias organizações europeias, representa um passo significativo no esforço de diversificação de fontes de financiamento e no reforço da presença do JRS em iniciativas de âmbito europeu. Paralelamente, a equipa apoiou o desenvolvimento de algumas iniciativas complementares, como a venda de serviços de formação, com vista à diversificação das fontes de financiamento.

#### Acompanhamento e apoio à execução dos projetos

Ao longo de 2025, a equipa assegurou o acompanhamento regular dos 21 projetos ativos, apoiando as equipas na gestão técnica e financeira e garantindo a articulação contínua com as entidades financiadoras.

Este trabalho revelou-se especialmente exigente nos projetos financiados pelo FAMI, num ano marcado por atrasos significativos na análise de pedidos de pagamento, cortes financeiros inesperados e impactos relevantes na tesouraria da organização. Apesar das várias diligências realizadas junto da Autoridade de Gestão do FAMI 2030, da AIMA e das tutelas políticas, não foi possível encontrar soluções eficazes que mitigassem estes constrangimentos ao longo do ano.

Em 2025, terminaram 8 projetos, o que exigiu um acompanhamento próximo dos seus processos de encerramento e das equipas envolvidas, garantindo que todas as obrigações técnicas e financeiras fossem cumpridas.

#### Procura de soluções de financiamento mais estáveis e sustentáveis

Ao longo de 2025, a equipa de projetos dedicou grande parte do seu trabalho à identificação de modelos de financiamento mais estáveis, previsíveis e alinhados com as necessidades reais do JRS, especialmente no acolhimento de pessoas refugiadas. Durante o ano, foram desenvolvidas várias propostas e realizados diferentes processos de negociação com a AIMA, o Instituto da Segurança Social e as respetivas tutelas políticas. O objetivo era antecipar o fim do financiamento previsto para 2025 e garantir soluções mais estáveis e duradouras, com melhor articulação entre fundos nacionais e comunitários.

Apesar dos esforços, as negociações não ficaram concluídas a tempo de evitar o encerramento dos dois centros de acolhimento do JRS, em Gaia e Vendas Novas, e a continuidade das respetivas equipas técnicas. Como resultado, as operações de acolhimento nestes centros encerraram a 31 de dezembro e permanecem suspensas até que existam condições para a sua retoma.

Paralelamente, foram exploradas alternativas complementares, incluindo iniciativas de *private sponsorship* que permitissem financiar o acolhimento de refugiados sem recurso a fundos públicos. No entanto, a proposta não obteve aprovação superior por parte da AIMA.

Em síntese, 2025 foi um ano de elevada exigência para o departamento de projetos, marcado por constrangimentos externos significativos que testaram a capacidade de adaptação e resiliência da equipa. Não obstante, a transição de 13 projetos para 2026, a par do arranque de 1 novo projeto, constitui um sinal de continuidade e de esperança, sustentada no trabalho desenvolvido, nas aprendizagens retiradas e na determinação em continuar a procurar soluções que garantam a missão do JRS e a dignidade das pessoas que acompanha.

Por último, apresentamos, de seguida, a listagem de projetos ativos ao longo de 2025.

	Entidades financiadoras	Nome projeto	Data início	Data fim
1	Segurança Social	Acordo Atípico Segurança Social - Sede	01/10/2009	
2	Segurança Social	Acordo Atípico Segurança Social - CPA	01/05/2006	
3	AIMA	Mediadores AIMA	04/09/2006	
4	PSP	UHSA	13/02/2006	31/12/2026
5	AIMA	Projeto Comunidades Hospitalidade 2026	01/10/2016	31/12/2026
6	Donativos	Apoio Ucrânia	01/05/2022	31/12/2025
7	PRR / CM Porto	Projeto Equipa de Mediadores Municipais e Interculturais 23-25	22/09/2023	31/12/2025
8	JRS Europa / Erasmus+	Together for Change	01/10/2023	30/06/2026
9	JRS Internacional	Resettlement Former JRS Afghan Staff	27/12/2023	30/06/2025
10	FAMI / FAMI2030 (75%); AIMA (25%)	FAMI 300: CLAIM 3.0	01/01/2024	31/12/2026
11	FAMI / FAMI2030 (75%); AIMA (25%)	FAMI 100: Acolhimento Norte-Sul	01/01/2024	31/12/2025
12	AIMA	Mediadores Estrutura de Missão	01/09/2024	31/12/2025
13	FAMI / FAMI2030 (75%); AIMA (25%)	FAMI 400: Palavras Cruzadas	01/07/2024	31/12/2025
14	NOVA Social Leapfrog	Capacitação JRS	01/02/2025	31/01/2028
15	AIMA	Acolhimento de Espontâneos	01/11/2024	31/12/2025
16	BNP Paribas	Talents and Skills Academy - 2ª Edição	01/05/2025	31/12/2027
17	JRS Europa (Hardship Fund 2025)	Solidarity in Action 2.0	01/01/2025	31/12/2025
18	JRS IO e JRS USA	Pathway Home	01/12/2025	31/12/2026
19	BNP Paribas	Help 2 Help	01/12/2025	31/12/2026
20	Fundação Calouste Gulbenkian	+Médicos no SNS	01/12/2025	30/04/2026
21	Organização Internacional para as Migrações (OIM)	Acolhimento de NPTs inscritos no projeto ARVoRe IX no CPA	20/11/2025	31/12/2026

## 3.2. Área de Advocacy e Comunicação

### 3.2.1. Advocacy

O trabalho do Gabinete de Advocacy exige, antes de mais, uma imersão prática na vida e no contexto das pessoas migrantes e refugiadas, conhecendo in loco e in persona a sua realidade e acompanhando-as nos exigentes processos de integração na sociedade portuguesa. A experiência adquirida no terreno é objeto de uma reflexão aprofundada à luz das dificuldades e necessidades identificadas, mas também das possibilidades legais existentes e das obrigações do Estado no acolhimento e integração de quem procura proteção em Portugal.

Este percurso metodológico parte da experiência concreta, reflete criticamente sobre ela, enquadra-a teoricamente — considerando as dimensões políticas, económicas, sociais e humanas — e regressa à prática através da formulação de recomendações, propostas e soluções concretas dirigidas aos decisores políticos e institucionais.

O ano de 2025 trouxe diversos desafios, nomeadamente a redução da sua capacidade de resposta e a mudança de Governo, com impacto direto nas políticas públicas de migração e asilo.

No último ano, o nosso trabalho estruturou-se em quatro eixos principais: incidência política, produção técnica, capacitação/formação e comunicação pública.

#### Principais Atividades Desenvolvidas em 2025

##### ◆ Comunicação institucional e intervenções públicas

No decorrer do ano, foram preparados cerca de 31 briefings. Estes documentos tiveram como objetivo apoiar a participação em reuniões com entidades públicas, a preparação de entrevistas para os órgãos de comunicação social e as intervenções em conferências, seminários e outros eventos públicos, garantindo uma posição institucional consistente, informada e estrategicamente alinhada com a missão do JRS.

##### ◆ Governo - Secretário de Estado Adjunto da Presidência e Imigração (SEAPI)

Sendo o SEAPI o responsável político pela área das migrações em Portugal, o Gabinete de Advocacy do JRS centrou uma parte significativa do seu trabalho em reuniões com o respetivo Gabinete. Estas incidiram sobre temas como:

- a manutenção dos centros de acolhimento para o ano de 2026, destacando-se a incongruência entre o financiamento FAMI, as orientações governamentais e a atuação da AIMA;
- a apresentação e discussão de policy papers elaborados pelo JRS.


##### ◆ Conselho Nacional para as Migrações e Asilo

Ao longo do ano, o JRS participou nas reuniões do Conselho Nacional para as Migrações e Asilo, na figura do seu Diretor-Geral enquanto conselheiro. Com o apoio técnico do Gabinete de Advocacy, foram apresentadas as preocupações, análises e recomendações do JRS relativas às políticas de migração e asilo.

##### ◆ Partidos Políticos

Foram feitas reuniões com o Partido LIVRE e outras organizações da Sociedade Civil acerca das recentes propostas legislativas do Governo, tendo como principal objetivo apresentar os pareceres legislativos do JRS e respetivas recomendações.



*Tribuna*  
*ml - f*  
*ml*  
14  


#### ◆ **Articulação Institucional**

##### → AIMA

Em articulação com o Diretor-Geral e o Gabinete Financeiro, reuniu em diversas ocasiões com a AIMA, tendo como principal foco a sustentabilidade e manutenção dos centros de acolhimento do JRS para os anos seguintes.

##### → PSP

- Juntamente com o Diretor-Geral, reuniu com a PSP com o objetivo de:
- reforçar o número de recursos humanos na Unidade Habitacional de Santo António (UHSA);
- assegurar a presença do JRS nos novos centros de detenção em fase de construção.

#### ◆ **Produção Técnica**

##### → Policy Papers

No início do ano foram publicados dois policy papers, dedicados:

- ao reagrupamento familiar;
- ao acesso à saúde por parte de crianças migrantes.

##### → Pareceres Legislativos

O ano de 2025 foi marcado por várias alterações legislativas na área da imigração e do asilo. O Gabinete de *Advocacy* continuou a acompanhar estas alterações, publicando contributos sob a forma de pareceres legislativos, nos quais se analisam propostas de lei e se apresentam recomendações fundamentadas. No total, foram elaborados cinco pareceres legislativos, que foram publicados e enviados quer à tutela, quer à Comissão dos Assuntos Constitucionais Direitos Liberdades e Garantias, quer ao Presidente da República. Os pareceres permitiram reforçar a posição institucional do JRS junto dos decisores políticos, mas também tiveram uma vertente explicativa ao público em geral.

#### ◆ **Capacitação e Formação**

Com o aumento da equipa de acolhimento do JRS, identificou-se a necessidade de reforçar a formação interna sobre a Lei do Asilo.

O Gabinete de *Advocacy* foi igualmente convidado a participar em ações formativas promovidas pela NOVA *Asylum Policy Lab*, incidindo sobre as alterações à Lei de Estrangeiros.

#### ◆ **Detenção e Medidas Alternativas**

Em conjunto com a *International Detention Coalition* (IDC), da qual o JRS Portugal é membro, o Gabinete de *Advocacy* organizou o evento anual em Lisboa dedicado ao estado da arte da detenção de migrantes na Europa e a nível global.

Em 2025 houve um aumento considerável de detenção de pessoas migrantes vulneráveis, entre as quais famílias com menores, pessoas com doença mental e pessoas oriundas de países com grande instabilidade política e insegurança, como a Síria, o Afeganistão e a Ucrânia. Nesse sentido, o Gabinete de *Advocacy* elaborou sete pareceres socio-legais que entregou à entidade gestora do CIT e restantes entidades envolvidas.

#### ◆ **Projetos de Sensibilização e Comunicação**

Ao longo do ano, em articulação com a Editorial AO e com o Gabinete de Comunicação, foi desenvolvido o projeto "As cores do céu", um livro infantil que aborda a experiência de uma criança refugiada em Portugal. Dez por cento do lucro da venda do livro

mf. <sup>Teófilo</sup> ~~mf.~~ <sup>mf.</sup>

reverte a favor do JRS Portugal.

◆ **Pacto em matéria de Migrações e Asilo**

Em parceria com organizações europeias das quais o JRS é membro, o Gabinete de Advocacy desenvolveu ações direcionadas aos eurodeputados portugueses, incidindo sobre os regulamentos e diretivas que compõem o Pacto em matéria de Migrações e Asilo.

◆ **Contributos para o Relatório AIDA**

A pedido do Conselho Português para os Refugiados, o JRS contribuiu para o Relatório AIDA relativo a Portugal, que analisa de forma independente o estado do acolhimento e da integração de requerentes de asilo em território nacional.

◆ **Parcerias**

Em 2025, o JRS Portugal passou a integrar a *European Network on Statelessness* (ENS) enquanto organização membro. No âmbito desta parceria, o Gabinete de Advocacy passará a desenvolver ações específicas de incidência política e institucional na área da apatridia em Portugal, contribuindo para o reforço do enquadramento legal e da proteção dos direitos das pessoas apátridas.

Neste contexto, destaca-se a elaboração de um parecer relativo às propostas de alteração à Lei da Nacionalidade, integrando a perspetiva e as recomendações da ENS, bem como a experiência prática do JRS no acompanhamento de situações de apatridia.

◆ **JRS Europa**

O JRS Portugal reuniu-se por diversas vezes com o JRS Europa, e com outros Gabinetes de Advocacy dos restantes JRS's, tendo nomeadamente sido realizadas 2 ações de advocacy, relativas ao Pacto em matéria de migração e asilo.

◆ **Rede Social de Lisboa**

O Gabinete Social e o Gabinete de Advocacy passaram a integrar a Rede Social de Lisboa, no Grupo de Trabalho das Migrações. O Grupo de Trabalho pretende fazer um levantamento do acolhimento e integração de pessoas migrantes na área metropolitana de Lisboa.

**3.2.2. Comunicação e Fundraising**

**3.2.2.1. Comunicação**

O Gabinete de Comunicação do JRS Portugal desempenha um papel estratégico na missão de acompanhar, servir e defender as pessoas migrantes, promovendo a divulgação do impacto do trabalho da organização na sociedade portuguesa.

O gabinete opera em estreita colaboração com o Gabinete de Advocacy, assegurando a comunicação de posições holísticas em defesa dos direitos das pessoas migrantes junto de decisores políticos, parceiros estratégicos e da sociedade civil. Os principais objetivos da área de Comunicação em 2025 mantiveram o foco em:

- ◆ **Dar visibilidade à missão e às iniciativas do JRS Portugal**, através de uma segmentação estratégica e do uso eficiente dos canais digitais;
- ◆ **Articular o trabalho com as restantes áreas do JRS**, apoiando a dimensão comunicacional de projetos e iniciativas específicas;
- ◆ **Reforçar a imagem dos projetos através de conteúdos criativos**, garantindo uma comunicação eficaz e humana;
- ◆ **Ampliar a presença online**, sensibilizando os diversos públicos para as causas da



- hospitalidade e inclusão;
- ◆ **Dar voz a quem não a tem**, assegurando a promoção dos direitos e da dignidade das pessoas migrantes em situação de vulnerabilidade;
- ◆ **Colaborar com a equipa de fundraising**, com o objetivo de mobilizar recursos e gerar donativos para fortalecer a ação do JRS.

## Principais Atividades de 2025

**“A sua escolha pode mudar tudo para quem acolhemos” (Campanha IRS):** A campanha incentivou a consignação do IRS ao JRS Portugal, destacando o impacto direto da escolha individual no apoio às pessoas acompanhadas. Dirigida à sociedade civil, a iniciativa realçou a novidade da consignação de 1% do IRS, mobilizando o público a contribuir de forma gratuita para proporcionar um destino digno a quem mais precisa.

**Dia Mundial do Refugiado – Carta Aberta e Impacto Digital:** Em celebração ao dia 20 de junho, o gabinete lançou uma campanha multiplataforma centrada numa Carta Aberta e em vídeos de testemunhos. A estratégia gerou resultados históricos de alcance orgânico, provando que o *storytelling* autêntico é a ferramenta mais eficaz para furar a “bolha” digital e atrair novos públicos.

**Lançamento do Livro Infantil Solidário: “As Cores do Céu”:** O JRS lançou o seu primeiro livro infantil solidário. A obra, que contou com a consultoria de Ghalia Maria Taki (refugiada síria), aborda o acolhimento e a amizade.

**45 Anos do JRS no Mundo e 33 anos em Portugal:** Encontro no CUPAV: Para assinalar o aniversário da organização, realizou-se a sessão “Migrações como Lugar de Esperança” no CUPAV. O evento reuniu testemunhos de pessoas migrantes, reforçando a ligação identitária do JRS com o seu corpo apostólico.

**Ensaio Geral Solidário – Companhia Nacional de Bailado (CNB):** Numa iniciativa pioneira para o JRS Portugal, a organização foi uma das duas instituições beneficiárias das receitas do Ensaio Geral Solidário da CNB. Esta parceria estratégica entre Comunicação e Fundraising permitiu elevar o posicionamento institucional do JRS no ecossistema cultural nacional, demonstrando a capacidade da organização em abrir novos caminhos de colaboração e visibilidade.

**Together for Change (Erasmus+):** Em parceria com o JRS Europa, o projeto continuou a fomentar o envolvimento cívico dos jovens. O objetivo foi encorajá-los a desafiar estereótipos, sensibilizar para os desafios enfrentados por pessoas migrantes e promover mudanças de atitudes na sociedade. O projeto inclui workshops de comunicação, formação de jovens entre os 18-35 anos com percurso migratório para criarem contra narrativas e iniciativas concretas como eventos culturais em escolas primárias e projetos de advocacy, arte e políticas em escolas secundárias.

**JRS em Números:** JRS lançou uma campanha de fundraising baseada na partilha de dados estatísticos e resultados alcançados ao longo do ano anterior. A iniciativa destacou números impactantes, reforçando a transparência e a relevância do trabalho desenvolvido. Ao evidenciar os resultados concretos, a campanha procurou mobilizar a sociedade civil e os parceiros estratégicos, apelando ao apoio financeiro para continuar a promover a dignidade e os direitos das pessoas migrantes em Portugal.

Handwritten notes and a star symbol in the top right corner.



**Literacia Jurídica e Comunicação de Serviço:** O gabinete assumiu um papel de utilidade pública ao simplificar temas legislativos complexos para a comunidade e parceiros, em parceria com o gabinete de Advocacy, nomeadamente: a explicação das modificações à Lei de Estrangeiros e da nova Lei da Nacionalidade; divulgação sobre o policy paper sobre o Registo Nacional de Utentes (RNU) e o direito à saúde; comunicação do parecer entregue ao Presidente da República sobre propostas de alteração legislativa; um guia pedagógico sobre o novo regulamento de retorno (deportação); e a publicação de uma “Carta” em formato de posts sob o mote “Act now for a peaceful world”, posicionando o acolhimento e a recusa da indiferença como atos concretos de construção da paz, reforçando o compromisso do JRS em caminhar ao lado de quem perdeu tudo.

### Principais Dados Estatísticos

O ano de 2025 consolidou uma trajetória de crescimento excepcional nas plataformas digitais do JRS Portugal. Num cenário de ausência total de investimento em publicidade paga (estratégia 100% orgânica), os resultados alcançados refletem não apenas a relevância social das causas defendidas, mas também uma otimização técnica na produção de conteúdos.

A análise detalhada por canal permite identificar padrões de sucesso e o fortalecimento da marca institucional:

O Instagram afirmou-se como o canal de maior dinamismo e “porta de entrada” para novos públicos.

- ◆ O dado mais relevante é a aceleração do crescimento. Em 2024, a página atraiu 518 novos seguidores; em 2025, esse número subiu para **957 novos seguidores**. Este aumento de **84,7% no ritmo de aquisição** indica que o conteúdo está a tornar-se mais “partilhável” e capaz de converter alcance em pertença. Attingir a marca de **5.463 seguidores totais** coloca o JRS numa nova escala de influência digital.
- ◆ O salto de **115% nas visualizações** (189.346) e a duplicação das interações (+100%) sugerem que a aposta em formatos de vídeo (Reels) e no *storytelling* emocional (como a campanha da “Carta Aberta”) encontrou o algoritmo ideal para a plataforma. O aumento de **46% nas visitas ao perfil** demonstra que o público não se limita a consumir o conteúdo passivamente, mas procura conhecer ativamente a organização.

Embora seja uma rede mais madura, o Facebook continua a ser um pilar de estabilidade para o JRS Portugal.

- ◆ Com **138.749 visualizações**, a plataforma garante que as mensagens do JRS chegam a uma audiência vasta e fiel. O aumento de **15% nas interações (3.105)** é um indicador positivo de saúde da página, mostrando que, mesmo com a mudança de tendências digitais, a comunidade do Facebook permanece engajada.
- ◆ As **9.765 visitas** à página reforçam o Facebook como um canal de consulta de informação e de contacto direto para a sociedade civil e beneficiários.

No LinkedIn, o foco residiu na qualidade da rede e no posicionamento estratégico junto de parceiros e decisores.

- ◆ A página encerrou o ano com **5.607 seguidores**, um crescimento líquido de **663 novos perfis**. Mais do que o volume, destaca-se a natureza da interação: as **3.048 reações e 49 partilhas** indicam que os conteúdos são percebidos como relevantes para o setor social e profissional.
- ◆ As **95.540 impressões** anuais garantem que a missão do JRS e o seu trabalho de

advocacy estejam presentes no feed de decisores políticos e parceiros estratégicos, reforçando a autoridade da organização no debate público sobre migrações.

A tabela abaixo sintetiza o salto qualitativo dado pela organização num único ano:

Indicador de Performance	Resultado 2024	Resultado 2025	Variação (%)
<b>Novos Seguidores (Instagram)</b>	518	<b>957</b>	<b>+84,7%</b>
<b>Visualizações Totais (IG + FB)</b>	103.918	<b>328.095</b>	<b>+215,7%</b>
<b>Interações Totais (IG + FB)</b>	6.672	<b>5.766*</b>	<b>Análise</b>
<b>Comunidade Total (LinkedIn)</b>	4.944	<b>5.607</b>	<b>+13,4%</b>

\*Nota: Embora as interações totais brutas pareçam próximas, a qualidade do engajamento no Instagram (que duplicou) compensou a estabilização noutros canais, focando-se num público com maior potencial de conversão para causas e donativos.

Os dados de 2025 confirmam um ganho de eficiência sem precedentes. Triplicar o número de visualizações totais e quase duplicar o ritmo de crescimento de novos seguidores no Instagram, operando com apenas um recurso humano, demonstra que a estratégia de comunicação foi capaz de maximizar o impacto de cada peça de conteúdo produzida. O JRS Portugal encerra o ano com uma base digital mais jovem, mais ativa e mais vasta, preparada para os desafios de mobilização de 2026.

### 3.2.2.2. Fundraising

Em 2025, o JRS Portugal consolidou a estratégia de *fundraising* iniciada no ano anterior, focando-se na diversificação de fontes de receita e no estreitamento de laços com a sociedade civil e o setor corporativo. A estratégia assentou na dinamização de campanhas digitais e na organização de eventos de alto impacto, que aliaram a angariação de fundos à sensibilização cultural.

#### Iniciativas e Eventos de Destaque:

**“Dining for Hope”: jantar e leilão solidário:** No dia 28 de março, realizou-se o jantar e leilão solidário *Dining for Hope*, no Convento dos Cardaes, em Lisboa. O evento proporcionou uma experiência cultural e humana integrada, que incluiu uma visita guiada ao Museu do Convento, seguida de um jantar durante o qual foram partilhados testemunhos de pessoas refugiadas acolhidas em Portugal. Com o apoio de 22 parceiros, foi ainda promovido um leilão de artigos e experiências, contribuindo para a angariação de fundos e para o fortalecimento da proximidade entre os convidados, a equipa do JRS e as pessoas acompanhadas, num ambiente de empatia e compromisso solidário.

**Dia Mundial do Refugiado – Ensaio Geral Solidário:** No âmbito das celebrações do Dia Mundial do Refugiado, a 20 de junho, o JRS organizou, em parceria com a Companhia Nacional de Bailado, o Ensaio Geral Solidário do espetáculo *Walking Mad | Cacti*, no Teatro Camões, em Lisboa. O evento teve lugar no dia 18 de junho e permitiu a angariação de fundos integralmente canalizados para projetos de acolhimento e integração de pessoas refugiadas. Através da arte e da cultura, esta iniciativa mobilizou a sociedade para a causa das migrações forçadas, reforçando o papel da sensibilização

artística como ferramenta de apoio à missão do JRS.

**Exposição “Vizinhos do Lado”:** No segundo semestre do ano, destacou-se a colaboração com a empresa Cushman & Wakefield, que resultou na exposição Vizinhos do Lado, patente no espaço Lumnia, em Lisboa, entre os dias 19 e 25 de setembro. Da autoria do fotógrafo Vasco Passanha, a exposição retratou o quotidiano de 20 famílias afegãs acolhidas em Portugal em 2021. Esta iniciativa, fruto de uma parceria inovadora entre o setor imobiliário e o setor social, evidenciou o potencial da arte como instrumento de consciencialização, inclusão e diálogo intercultural. No dia da inauguração, realizou-se uma mesa-redonda com a participação do autor, do Diretor Geral do JRS e de várias pessoas que partilharam os seus testemunhos. As fotografias estiveram disponíveis para licitação através de um leilão online ao longo de todo o período da exposição.

#### Parcerias e apoios institucionais:

Em 2025, o JRS beneficiou igualmente da parceria com a OZ Energia, que possibilitou o abastecimento da frota automóvel da organização com um desconto de 50% sobre o combustível consumido, representando uma redução significativa dos custos operacionais.

A Associação D. Ajuda manteve, à semelhança do ano anterior, a sua confiança na atividade do JRS, materializada num apoio financeiro destinado à aquisição de bens essenciais, contribuindo para a melhoria das condições habitacionais de pessoas refugiadas acompanhadas pela equipa após a saída do centro de acolhimento temporário.

A AstraZeneca realizou uma contribuição financeira que se tornou fundamental para tornar a festa de Natal do JRS mais acolhedora e diversificada na oferta do almoço servido durante a festa.

O ano de 2025 ficou marcado por uma estratégia de angariação de fundos sustentada, criativa e profundamente alinhada com a missão do JRS. As iniciativas desenvolvidas com vários parceiros, permitiram não só mobilizar recursos financeiros, mas também criar pontes entre a sociedade civil, o setor corporativo e as pessoas imigrantes e refugiadas, promovendo uma cultura de solidariedade ativa e informada.

No total destas iniciativas, foi angariado o montante de 22.760,52 €, valor que contribuiu diretamente para o financiamento de projetos de acolhimento, apoio social e integração de pessoas imigrantes e refugiadas.

### 3.3. Área de Acolhimento

#### 3.3.1. Centro de Acolhimento Norte (Vila Nova de Gaia)

O Centro de Acolhimento Norte (CAN), está inserido no projeto Acolhimento Norte Sul (FAMI2030-FAMI-00395100). Iniciou os acolhimentos em novembro de 2024 e terminou em dezembro de 2025, aquando do fim do projeto e do fim do protocolo com a AIMA.

Com capacidade para acolher 54 pessoas em simultâneo, acolheu, em 2025, **119 pessoas requerentes de asilo, entre os quais 73 homens e 46 mulheres, provenientes de 34 nacionalidades**, sendo a Colômbia e a China as nacionalidades mais represen-

tadas. No total do projeto (2024-2025) foram acolhidas 178 pessoas, das quais 21 famílias, de 39 nacionalidades diferentes.

Durante o último ano foram providenciadas uma média de 150 refeições por dia (pequeno-almoço/almoço/jantar), e realizados 2288 atendimentos técnicos, nomeadamente no acesso a serviços, no desenvolvimento de sessões de competências sociais e profissionais e na dinamização de aulas de português.

No âmbito do acesso a serviços, foram realizados diligências e acompanhamentos a vários serviços, nomeadamente: a equipa técnica acompanhou os beneficiários a serviços de saúde, para realização de meios complementares de diagnóstico, consultas de Medicina Geral e Familiar e consultas de Especialidade. Em simultâneo foram realizados acompanhamentos a serviços, nomeadamente Segurança Social e Finanças para atualizações de morada, validação de dados e acessos a portais de atendimento online, bem como a Instituições bancárias.

No âmbito do acompanhamento social foram realizados atendimentos sociais direcionados para *follow up* e *phasing out* dos beneficiários.

No âmbito da empregabilidade foram realizados contactos com entidades empregadoras, apoio na elaboração de CV e acompanhamento a empresas de trabalho temporário.

No âmbito da dinamização e desenvolvimento de atividades, o trabalho desenvolvido no Centro de Acolhimento Norte (CAN) depende fortemente da articulação com entidades parceiras, cuja colaboração permite ampliar o alcance, a qualidade e a diversidade das respostas oferecidas. Através de uma rede sólida de parcerias, torna-se possível promover uma intervenção mais integrada, humanizada e eficaz.

No âmbito da habitação, para além do apoio na procura habitacional, foram realizadas diversas sessões de formação sobre arrendamento e habitação em Portugal, com o intuito de capacitar os beneficiários para uma integração habitacional mais autónoma e informada

A cooperação interinstitucional fortalece a capacidade de intervenção do CAN, promove a inovação social e contribui para a construção de comunidades mais inclusivas, resilientes e solidárias. Num contexto marcado por vulnerabilidades e desafios complexos, o trabalho em rede revela-se essencial para assegurar uma resposta eficaz, digna e transformadora.

Assim, foram promovidas diversas iniciativas de carácter lúdico-cultural e desportivo, com o objetivo de fomentar a inclusão social, o bem-estar e o desenvolvimento pessoal dos beneficiários. Entre elas, destacam-se algumas ações:

- ◆ Comemoração do Dia Internacional do Refugiado, organizada com forte envolvimento da comunidade acolhida, que participou ativamente em oficinas de artes e cozinha. O evento culminou com uma celebração multicultural que incluiu jogos tradicionais do mundo, um almoço partilhado com sabores internacionais e uma tarde desportiva em parceria com a *Social Innovation Sports*, promovendo o convívio e a valorização da diversidade;
- ◆ Celebração do Dia de São João, com atividades no centro histórico do Porto, proporcionando momentos de lazer e descoberta da cultura local;
- ◆ Dinamização do projeto *Photovoice*, uma metodologia que utiliza a fotografia e o



*storytelling* como ferramentas de empoderamento de indivíduos e comunidades vulneráveis. Esta iniciativa foi conduzida pelas estagiárias de Educação Social da Escola Superior de Educação (ESE), promovendo a expressão pessoal e coletiva dos participantes;

- ◆ Sessões de terapia assistida por animais, em parceria com a associação Ánimas, por forma a reforçar o apoio emocional e psicológico dos beneficiários através da interação com animais treinados;
- ◆ Atividades desportivas: Foram organizadas atividades físicas e recreativas em parceria com a delegação da Cruz Vermelha de Vila Nova de Gaia, promovendo hábitos de vida saudáveis e o espírito de equipa, bem como sessões de *surf therapy*, realizadas em colaboração com o projeto *Waves in You* e a escola *Fish Surf School*.

Um dos desafios que a Equipa Técnica enfrentou ao longo do projeto passa pela criação de parcerias com empresas no âmbito da empregabilidade, principalmente devido a barreiras do lado do primeiro sector. Muitas empresas demonstram resistência ou hesitação em contratar requerentes de asilo, motivadas pelo desconhecimento da sua situação legal e pelo receio de implicações administrativas ou jurídicas. A falta de informação clara sobre os direitos laborais destes indivíduos e os procedimentos para a sua contratação contribui para a insegurança por parte dos empregadores.

Além disso, persistem preconceitos e estereótipos associados aos requerentes de asilo, que podem influenciar negativamente a perceção das suas competências e da sua capacidade de integração nas equipas de trabalho. Barreiras linguísticas e culturais são frequentemente vistas como entraves à comunicação e ao desempenho profissional, levando muitas empresas a optar por não avançar com processos de recrutamento inclusivo.

Outro obstáculo importante, que se tem também verificado, de forma recorrente, prende-se com a integração socioeconómica de requerentes de asilo, após celebrarem contratos de trabalho válidos, se veem impossibilitados de receber os seus salários por não conseguirem abrir conta bancária em território nacional.

Esta impossibilidade configura uma barreira que compromete o exercício de direitos fundamentais, como o direito ao trabalho e à remuneração, e perpetua situações de vulnerabilidade económica e social. A ausência de uma conta bancária impede o processamento regular de salários, dificultando a autonomia financeira dos beneficiários e colocando em risco a sua subsistência.

### 3.3.2. Centro de Acolhimento Sul (Vendas Novas)

O Centro de Acolhimento Sul (CAS), também componente do projeto Acolhimento Norte Sul (FAMI2030-FAMI-00395100), acolheu e apoiou a integração de pessoas requerentes de proteção internacional que chegam ao país através de movimentos programados pelo Estado Português. A sua missão centra-se no apoio integral aos residentes durante a fase inicial de instalação em Portugal, promovendo condições para uma integração progressiva, estruturada e sustentável.

**O CAS dispõe de capacidade para acolher entre 75 e 100 beneficiários em simultâneo**, dependendo da configuração dos agregados familiares e da existência de situações de vulnerabilidade. Embora a previsão média de permanência fosse de 120 dias, **o tempo médio efetivo de estadia situou-se nos 182 dias**, refletindo a complexidade dos processos de autonomização e integração.

M. J. f. my



O primeiro acolhimento ocorreu no final do terceiro trimestre de 2024. Durante esse ano foram acolhidos 34 requerentes de proteção internacional (incluindo uma retoma a cargo). Em 2025 realizaram-se 8 novos acolhimentos. No total, no ano de 2025, estiveram acolhidos 41 requerentes de proteção internacional no CAS.

Entre os 41 beneficiários acolhidos, as nacionalidades predominantes foram Afeganistão (18 pessoas) e Somália (14 pessoas), representando conjuntamente cerca de 78% do total. As restantes nacionalidades — Camarões, Eritreia, Etiópia, Líbia, Nigéria e Síria — apresentaram expressão residual, com 1 a 3 pessoas por país.

No âmbito dos Programas de Admissão Humanitária, foram acolhidos 3 agregados familiares, compostos por 7, 7 e 3 elementos, respetivamente. Ao abrigo de Programas de Recolocação e Reinstalação foram acolhidos 24 cidadãos isolados. Registou-se o abandono do Programa por parte de 3 pessoas, sendo que uma foi posteriormente reintegrada (retoma a cargo em junho de 2025).

Relativamente à distribuição por sexo, 85% dos residentes eram do sexo masculino (35 indivíduos) e 15% do sexo feminino (6 indivíduos). Em termos etários, verificou-se uma forte concentração na faixa dos 21 aos 25 anos (19 pessoas), sendo as restantes faixas etárias — nomeadamente 0-15 anos e acima dos 30 anos — significativamente menos representadas, com 1 a 3 beneficiários por grupo.

À semelhança do ano anterior, a intervenção do CAS estruturou-se em três eixos fundamentais: Acolhimento, Acompanhamento e Capacitação.

O Acolhimento corresponde à fase inicial do processo de integração, iniciando-se no momento da chegada ao centro. O objetivo central consiste em assegurar um ambiente seguro, estável e digno, facilitando a adaptação à nova realidade.

Neste âmbito, foram garantidas condições básicas de alojamento, alimentação, vestuário e higiene, bem como apoio psicológico e emocional. Foi igualmente assegurada a explicação do funcionamento do centro e do Programa de Acolhimento, o acesso a serviços disponíveis e a transmissão de informações essenciais sobre a vida em Portugal, incluindo enquadramento legal, direitos e deveres, e aspetos culturais.

O eixo de Acompanhamento traduziu-se na prestação de apoio psicossocial multidimensional e integrado, orientado para o reforço progressivo da autonomia. Esta intervenção incidiu na satisfação de necessidades básicas, no acesso a serviços essenciais (saúde, educação e serviços públicos), no apoio jurídico, na identificação de vulnerabilidades específicas e na promoção da interação com a comunidade local.

Durante o período em análise foram realizados 1.479 acompanhamentos. Estes acompanhamentos permitiram a elaboração de 27 Diagnósticos Sociais e 27 Planos de Acolhimento e Ação Personalizada (PAAP), correspondendo a um documento por cidadão isolado ou por agregado familiar. Os Diagnósticos Sociais constituíram instrumentos fundamentais para a avaliação individualizada das situações, enquanto os PAAP formalizaram o compromisso dos beneficiários com o seu percurso de integração e projeto de vida em Portugal.

O eixo da Capacitação incidiu no desenvolvimento de competências sociais, culturais e profissionais, essenciais à integração e autonomização.

Em 2025 foram dinamizadas 28 atividades de integração cultural, social, profissional e educativa, com o envolvimento da equipa técnica, voluntários e entidades parceiras locais. O contributo da sociedade civil revelou-se particularmente relevante, promovendo o contacto direto com a comunidade e reforçando o sentimento de pertença. Destacaram-se iniciativas desenvolvidas em parceria com a Comunidade de Vida Cristã, incluindo celebrações culturais, atividades de artesanato e ações de contacto com a natureza. Realizaram-se ainda visitas culturais e atividades lúdico-pedagógicas orientadas para a promoção da língua portuguesa e da expressão cultural, bem como a comemoração do Dia Mundial do Refugiado, que envolveu beneficiários e comunidade local.

No domínio da empregabilidade, foram promovidas sessões de procura ativa de emprego, elaboração de currículos e cartas de apresentação, utilização de plataformas digitais, simulação de entrevistas e desenvolvimento de competências pessoais e profissionais. Realizaram-se igualmente visitas a iniciativas de contacto com o mercado de trabalho, reforçando a articulação com potenciais entidades empregadoras.

Foram ainda promovidas ações de orientação sobre acesso a serviços públicos essenciais e sessões de literacia financeira, incluindo iniciativas, em parceria com o Banco de Portugal, focadas na gestão do orçamento, serviços mínimos bancários, meios de pagamento e recurso ao crédito.

No domínio da aprendizagem da língua portuguesa, enquanto eixo fundamental de integração, autonomização e capacitação, foram desenvolvidos, em 2025, dois cursos de Português, ajustados às necessidades, níveis de escolaridade e perfis. Os cursos decorreram entre janeiro e abril de 2025, tendo sido ministrados um curso com a duração de 165 horas e outro com 65 horas, permitindo uma abordagem diferenciada e adequada aos níveis de proficiência linguística. A frequência das aulas de português revelou-se determinante para o reforço da autonomia dos requerentes de asilo no acesso a serviços públicos, na comunicação quotidiana, na integração social e comunitária e na preparação para a inserção no mercado de trabalho. Entre maio e dezembro de 2025 a aprendizagem de português foi desenvolvida pelo projeto Palavras Cruzadas (FAMI2030-FAMI- 01168400).

Em suma, a intervenção do Centro de Acolhimento Sul em 2025 caracterizou-se por uma abordagem integrada, centrada na dignidade, autonomia e capacitação dos requerentes de proteção internacional. A articulação entre acolhimento estruturado, acompanhamento técnico especializado, capacitação linguística e profissional, e envolvimento da comunidade local constituiu um elemento determinante para a promoção de processos de integração mais eficazes, sustentáveis e participados.

### 3.3.3. Centro Pedro Arrupe (CPA)

O CPA é o primeiro centro de acolhimento exclusivo para migrantes sem-abrigo aberto desde 2005 e inserido na Ameixoeira num território considerado de intervenção prioritária.

Ao longo do ano foram acolhidos **49 residentes** no Centro Pedro Arrupe, 4 menores, 34 pertenciam ao sexo masculino e 15 ao sexo feminino. Este ano verificou-se um aumento do número de mulheres acolhidas, fruto da alteração do espaço habitacional, que atualmente contempla um regime misto, não havendo assim uma casa exclusiva para homens ou para mulheres.

A média de permanência dos residentes no Centro foi de 13 meses, embora com uma rotatividade de 17 novas entradas e 25 saídas ao longo do ano.

Os residentes são oriundos de 15 países diferentes: **Nigéria 11; Paquistão 9; Guiné 8;** São Tomé e Príncipe 4; Venezuela 3; Marrocos 3; Angola 3; Índia 2; Bangladesh 1; Brasil 1; Etiópia 1; Rússia 1; Gâmbia 1 e México 1. Dos 49 residentes que saíram do centro, 47 concretizaram o seu Projeto de Vida sendo que houve um falecimento e uma saída por não concretização do projeto. Ou seja, a maioria atingiu o que fora estabelecido no seu plano individual de intervenção com o seu gestor de caso. Destes 49 acolhidos, 7 eram estudantes, 29 imigrantes económicos, 10 ao abrigo de acordos de cooperação no domínio da saúde, 2 refugiados e 1 por retorno voluntário.

No que concerne às atividades com enfoque na formação informal e no desenvolvimento de atividades relacionais, de bem-estar e de socialização, bem como de capacitação profissionalizante com os residentes, desenvolveram-se as seguintes atividades semanais:

- ◆ Profissionalizantes: técnicas de procura ativa de emprego; informática; português e inglês; participação comunitária em empresas (formação on the job);
- ◆ Socialização e cultura portuguesa: hora do conto; atividades da Vida Diária (AVDS). Estas facilitam a transmissão de conhecimentos sobre costumes, tradições, normas de conduta, fundamentais para a integração deste público-alvo;
- ◆ Visitas culturais/Saídas: Visita o estádio do Benfica e o seu museu, a Torre de Belém, o Castelo de São Jorge, o Panteão Nacional e o Mosteiro dos Jerónimos, Campo de Férias de 4 dias;
- ◆ Desportivas: ioga; chikung; stretching;
- ◆ Festividades: celebração da Páscoa na igreja do Lumiar, do Natal, passagem de Ano e Carnaval: tendo sido organizado pelos próprios residentes que celebraram em conjunto;
- ◆ Voluntariado: participação por duas vezes na Campanha de recolha de alimentos do Banco Alimentar Contra a Fome.

Todas estas atividades foram realizadas em grupo e em regime de voluntariado, destacando-se a tutoria ao nível do acompanhamento individualizado dos residentes.

Em síntese, é a combinação destas ações que permite a integração dos residentes na sociedade – 96% das pessoas acolhidas alcançaram o seu projeto de vida.

No que diz respeito à situação legal, em articulação com o Centro Local de Apoio ao Imigrante (CLAIM Santa Clara – JRS Portugal), 43 residentes saíram com a sua situação legal resolvida. Este apoio é particularmente relevante dada a condição de irregularidade da maioria dos residentes em território nacional, chegando ao centro apenas com passaporte como único documento.

Foram mantidas parcerias estratégicas que colmatam necessidades em áreas diversificadas, tais como: área alimentar; formação; empregabilidade; voluntariado (jovem e corporativo de empresas); saúde (Vacinação em grupo) e doações e financiamento (Participação na Rede NPISA onde se encontra sob orientação da Câmara de Lisboa, Segurança Social e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa). Este ano destaca-se a parceria desenvolvida com vista à formação e empregabilidade com o Grupo Pestana e também a parceria retomada com a OIM por forma a melhor apoiarmos aqueles que desejam regressar ao seu país.

Manteve-se o apoio à manutenção no centro e, com outras equipas do JRS Portugal, foram mobilizados os residentes do CPA por forma a que todos os que se encontram disponíveis possam colaborar. Com o apoio do voluntariado corporativo, das empresas Hikma, BNP Paribas e Cetelem, foi possível pintar as galerias do espaço polivalente e proceder à colocação de nova copa numa das alas do alojamento.

No que diz respeito ao apoio na organização de eventos institucionais, colaborou-se na realização do encontro de voluntários e do aniversário da fundação do JRS.

Relativamente ao *Phasing Out*/Apoio a residentes à saída, apoiou-se 10 migrantes que saíram do centro com colocação de mobília, colchões e eletrodomésticos na sua nova residência.

O CPA, no próximo ano, de 2026, celebrará os 20 anos da sua fundação. Até à data acolheu 608 pessoas migrantes em situação de vulnerabilidade.

### 3.3.4. Habitação

O Gabinete de Habitação tem como missão principal a promoção de soluções habitacionais adequadas para migrantes e beneficiários de proteção internacional em Portugal. Em 2025, o contexto do mercado de arrendamento manteve-se particularmente desafiante, marcado pelo aumento contínuo dos valores das rendas, tanto de habitações como de quartos, sobretudo nos grandes centros urbanos, bem como pelo agravamento das exigências impostas pelos senhorios.

No decorrer do ano de 2025, o Gabinete de Habitação apoiou **206 pessoas**, com um total de **415 atendimentos**. Essas pessoas migrantes e requerentes de asilo pertenciam a **33 nacionalidades**, evidenciando a diversidade de perfis atendidos pela equipa.

A maioria dos atendimentos envolveu situações de extrema vulnerabilidade, o que, nos casos em que o apoio solicitado era para encontrar casa ou quarto, impossibilitou a concretização do objetivo, dada a complexidade das circunstâncias. A maioria dos utentes não reúne as condições financeiras e formais exigidas pelos senhorios, inviabilizando o acesso à habitação digna. Procurámos, sempre que possível, fornecer informações e orientações úteis para que os utentes compreendessem as regras praticadas no mercado e pudessem explorar outras alternativas.

Entre as nacionalidades mais representadas, destacaram-se cidadãos oriundos do Afeganistão, Angola, São Tomé e Somália.

Ao longo deste ano, este gabinete continuou a desempenhar um papel fundamental no processo de transição de pessoas requerentes de asilo de Centros de Acolhimento temporário para habitação autónoma. Foram celebrados **34 contratos de arrendamento**, sendo 30 relativos a quartos e 4 a casas.

Mais uma vez, contámos com a colaboração fundamental da Associação Bens de Utilidade Social (BUS) e Dona Ajuda, parcerias fundamentais para a obtenção de doações de mobiliário, equipamentos e outros bens fundamentais e necessários para equipar as casas e quartos de forma adequada para os novos inquilinos, promovendo um ambiente digno e acolhedor e praticando a economia circular com a reutilização dos bens doados.

O Gabinete de Habitação realizou ainda **16 sessões de informação**, em formato pre-

sencial e online, contando com a participação de **91 pessoas migrantes e requerentes de asilo**. Estes momentos tiveram como objetivo capacitar os utentes dos Centros de Acolhimento Sul e Norte, bem como os utentes dos dois Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIMs - Norte e Santa Clara). As sessões abordaram diversos temas, como o panorama do mercado de arrendamento em Portugal, orientações sobre como procurar casa ou quarto, e regras básicas de convivência em situações de co-habitação. As sessões foram realizadas em português e inglês, com interpretação adicional em espanhol, mandarim, árabe, somali e russo, garantindo a acessibilidade a um público diversificado.

O trabalho desenvolvido, pelo Gabinete de Habitação, em 2025 decorreu num contexto particularmente adverso, marcado pela crescente pressão e práticas abusivas e de má-fé por parte de alguns senhorios. A este cenário soma-se um ambiente social cada vez mais hostil para a população migrante e refugiada, que se manifesta de forma alarmante através de situações de discriminação e xenofobia, dificultando de forma significativa o acesso a soluções habitacionais dignas, estáveis e financeiramente ajustadas à realidade dos utentes. Perante estes desafios estruturais, o Gabinete viu reforçada a necessidade de uma intervenção contínua, mediada e integrada, essencial para mitigar desigualdades e proteger o direito à habitação destas populações.

### 3.3.5. Comunidades de Hospitalidade (CH)

Nas Comunidades de Hospitalidade, o JRS procura trabalhar para objetivos a longo termo, para a coesão social, tendo sempre presente as várias fases da integração de um refugiado. Desde a procura de autonomia, independência e em seguida a interdependência até à inclusão numa CH.

A autonomia depende sobretudo da capacidade e vontade do próprio e do acesso aos recursos do contexto em que se encontra, os mais importantes são a habitação e emprego, mas também a saúde, a educação e aprendizagem da língua.

É nas comunidades que acontece este trabalho para a integração, mudança de morada nas finanças e nos outros serviços, como o ISS, centro de saúde, entrada das crianças na escola, procura de trabalho, procura de aulas de português, renovação do documento junto da AMA.

Durante o ano de 2025, as Comunidades de Hospitalidade acompanharam **109 refugiados**, requerentes de asilo, proteção temporária e pela primeira vez uma família de imigrantes, em **22 concelhos**, através de cerca de **50 voluntários**.

Estas famílias beneficiaram de pelo menos **1100 atendimentos** diretos pela equipa. Os acompanhamentos pelos voluntários da CH serão muito mais, mas difíceis de contabilizar, com presença semanal e por vezes diária.

#### Cidades de acolhimento

As famílias acompanhadas estão em 22 concelhos do país, com maioria, cerca de 58% na região da grande Lisboa, fruto dos acolhimentos dos jovens sozinhos em quartos com vista às ofertas de emprego na área da hotelaria.

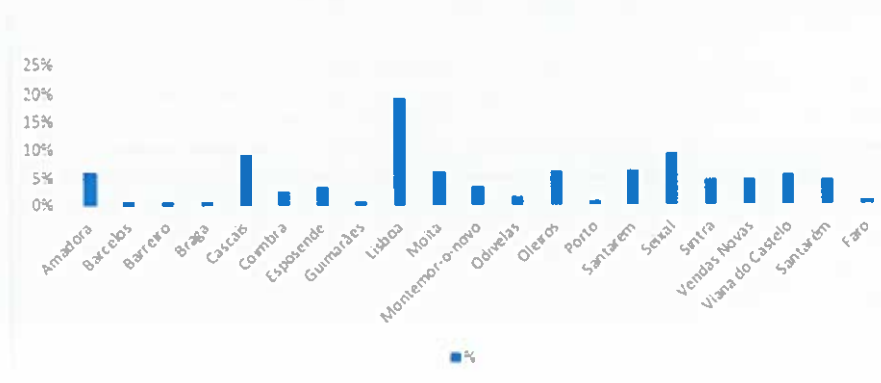


Gráfico 1 - Concelhos das famílias acompanhadas

As pessoas acolhidas e acompanhadas pelas CH são de várias nacionalidades, fruto dos acolhimentos com proveniência dos mecanismos de solidariedade, de Malta, com maior expressão estão jovens da Somália, famílias do Afeganistão e da Ucrânia, que já cá estavam e continuam a ser apoiadas pontualmente, e dos que chegaram por retoma a cargo, de outro estado membro da EU.

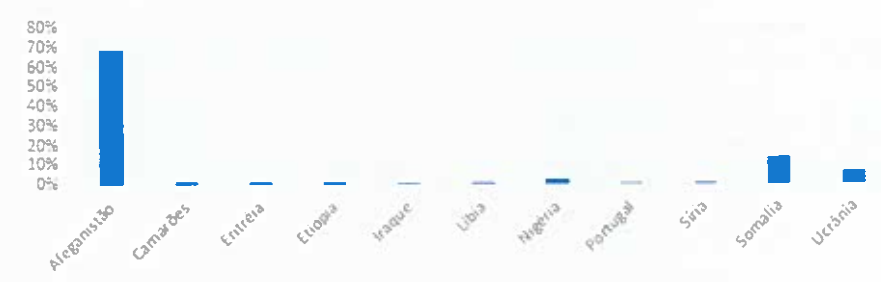


Gráfico 2 - Nacionalidades das pessoas acolhidas e acompanhadas pelas CH

A maioria dos que chegaram de Malta são muito jovens, e as famílias têm crianças e jovens adultos fazendo com que a **média de idades se situe nos 26 anos de idade**. A larga maioria está em fase ativa, ainda que a integração profissional seja muito mais difícil a partir dos 50 anos de idade, acrescido da falta de experiência profissional nas mulheres.



Gráfico 3 - Idades das pessoas acolhidas e acompanhadas pelas CH

Com uma percentagem significativa de acolhidos dos mecanismos de solidariedade, com origem em Malta, a prevalência de jovens do sexo masculino aumenta, fazendo com que a percentagem de homens seja maior.

Handwritten signature and initials in the top right corner.



Gráfico 4 – Sexo das pessoas acolhidas e acompanhadas pelas CH

### Projetos de vida mais longos

Algumas das famílias a quem mantivemos o acompanhamento, mesmo após o fim do programa de acolhimento, são vulneráveis, com dificuldade em manter a sua autonomia, e onde a mesma é conseguida através de parceiros que apoiam com a habitação, com rendas mais baixas que o mercado. Em conjunto com estes parceiros e a Segurança Social conseguimos desenhar com a família planos de vida a mais longo termo, onde prevemos a formação dos filhos para que eles sejam a sustentabilidade futura da família.

## 3.4. Área de Acompanhamento

A área de acompanhamento integra vários serviços procurando apoiar os utentes na prossecução dos seus projetos de vida através das várias etapas que se consideram essenciais no processo de integração, atuando sob a missão de “Acompanhar, Servir e Defender”.

Fazem parte da área: o Gabinete de Saúde Mental, o Gabinete de Interpretação e Tradução, o Gabinete Social (Atendimento social Lisboa, CLAIM Santa Clara, Apoio Médico e Medicamentoso, CLAIM Porto, Mediadores Municipais e Interculturais e a UHSA), o Gabinete de Emprego, a Academia e o Gabinete Jurídico.

### 3.4.1. Saúde Mental

Em 2025, Portugal passou por uma profunda reforma do regime jurídico aplicável à imigração e ao asilo, assente no princípio da denominada “imigração regulada”. Esta reconfiguração resultou, entre outras medidas, na extinção do procedimento “Manifestação de Interesse” que, até então, se revelava um procedimento legal acessível a quem se encontrava em território nacional e pretendia regularização da sua situação legal. Foram também introduzidas maiores exigências no que concerne aos casos de pedido de reagrupamento familiar que, produziram efeitos significativos sobre a saúde mental de grande parte dos utentes acompanhados pelo JRS, pelo Gabinete de Saúde Mental (GSM).

Entre os principais estressores identificados destacam-se a imprevisibilidade quanto ao futuro, o medo de deportação, a dependência de decisões administrativas morosas, a dificuldade de acesso a emprego estável/ justo e aos serviços públicos de saúde, dificuldades habitacionais, e a fragilidade das redes de suporte social.

A vulnerabilidade das pessoas imigrantes e refugiadas acompanhadas pelo GSM revelou-se ainda agravada pelo contexto sociopolítico nacional. O aumento registado



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the name "Jorge" and initials "A" and "L".



Durante o ano de 2025 foram realizadas as seguintes atividades:

- ◆ Realização de entrevistas para ampliar a Bolsa de Interpretação, resultando em 14 novos intérpretes. Isso aumentou o leque de línguas disponíveis e permitiu atender a um número maior de necessidades. Atualmente, a Bolsa de Intérpretes conta com 134 intérpretes, estando 128 ativos, que falam 35 idiomas, incluindo ucraniano, russo, lituano, hebraico, polonês, tâmazight, farsi, dari, pashtu, francês, árabe, curdo (sorani e kurmanji), somali, inglês, espanhol, berbere, italiano, amárico, tigrínia, tigré, saho, turco, entre outros;
- ◆ Disponibilização de intérpretes para apoiar as diferentes equipas do JRS no serviço da interpretação e de tradução escrita. Ao todo, foram realizados 378 serviços de interpretação e da tradução escrita ao longo do ano, com a participação de 15 intérpretes da Bolsa de intérpretes; Foram realizados 31 serviços de interpretação e tradução, a 8 entidades externas, recorrendo à colaboração de 21 interpretes;
- ◆ Manutenção de contactos regulares com os intérpretes para atualizá-los sobre as novidades e fornecer suporte, explicar questões relacionadas à faturação e ativar as suas atividades nas finanças;
- ◆ Realização de supervisão regular com os intérpretes da Bolsa que estavam envolvidos na tradução, especialmente no acompanhamento em saúde mental; Considerando que o trabalho de interpretação e tradução em contexto de saúde mental é particularmente exigente, tanto tecnicamente quanto emocionalmente e psicologicamente para os próprios intérpretes, é fundamental oferecer suporte e capacitação especializada, nomeadamente com recurso à supervisão;
- ◆ Realização de sessões de formação para os novos intérpretes, com o objetivo de garantir que as pessoas migrantes se sentissem confortáveis e seguros durante o processo de interpretação, recebendo serviços de qualidade.
- ◆ Participação num painel no Festival Internacional de Cinema, organizado pela IOM, KAICIID e UNIRC; numa aula do curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Católica do Porto; no evento "Migrantes e sociedade de acolhimento: diálogos sobre cultura, política e espiritualidade", organizado pelo Centro de Reflexão Cristã; no evento de angariação de fundos para o JRS Portugal; e ainda num evento sobre "Migrações e Inclusão", organizado pela Associação dos Ex-Deputados à Assembleia da República e pela Associação de Exilados Políticos (AEP 61-74).
- ◆ Colaboração com o gabinete de comunicação na implementação do projeto, promovido pelo JRS-Europa e do qual o JRS Portugal é parceiro, o "Together for Change". Foi concebida e preparada uma ação de formação para os professores das escolas, com vista a explicar-lhes o projeto e o tema da migração e do asilo. Ao longo do ano, foram realizadas cinco sessões de esclarecimento sobre o projeto, dirigidas a 20 professores de escolas diferentes. Foram ainda realizadas 6 sessões de sensibilização do projeto, para um total de 642 alunos em 5 escolas diferentes - Park Internacional School, Escola Secundária Eça de Queirós (Olivais), Escola Básica 2+3 Quinta da Lomba (Barreiro), Agrupamento Ruy Belo (Sintra) e Escola Salesianos de Manique. Além disso, foram realizados dois workshops de preparação para as duas atividades solidárias no âmbito do projeto, com a participação de 32 alunos de duas escolas diferentes - Agrupamento Ruy Belo, em Sintra, e *Park International School*. Seguidamente, foram realizadas duas ações de atividades solidárias nas mesmas escolas, que contaram com a participação de 1072 alunos.

### 3.4.3. Social

Esta área engloba as várias respostas a nível social que o JRS Portugal disponibiliza a pessoas migrantes e beneficiárias de proteção temporária no Acompanhamento, tanto em Lisboa como no Porto. Pelas especificidades dos diferentes apoios, a área Social encontra-se dividida em dois blocos: Atendimento Social e Apoio médico e medicamentoso; e CLAIM Santa Clara, CLAIM Porto, Mediadores Municipais e Interculturais da Câmara Municipal do Porto e UHSA – Unidade Habitacional de Santo António (Porto).

#### 3.4.3.1. Atendimento Social

O Atendimento Social é um serviço de atendimento ao público migrante que recorre ao Centro do Centro de Atendimento (CA) do JRS Portugal.

Em 2025 foram realizados **3902 atendimentos a 1629 migrantes**, dividida em três níveis: o diagnóstico inicial, o atendimento social per si, o acompanhamento social e dinâmicas de grupo. De modo a proporcionar o melhor serviço possível, o trabalho de intervenção social implica a articulação com outros serviços e instituições, bem como o desenvolvimento de competências da equipa.

O atendimento social começa com o diagnóstico social realizado a todos aqueles que recorrem ao CA. Assim num primeiro momento é feita uma 1ª entrevista para análise do seu pedido e respetivo encaminhamento. Depois é realizado o atendimento social caso se identifique essa necessidade e em casos mais complexos é feito um acompanhamento mais prolongado no tempo com um técnico de referência.

Paralelamente aos atendimentos, semanalmente é realizada uma sessão de grupo, onde se tenta capacitar os migrantes que participam, bem como fortalecer a sua rede de suporte.

#### Diagnóstico Social Inicial

Nesta primeira entrevista pretende-se conhecer o migrante, perceber o motivo que o trouxe ao JRS Portugal, qual a sua situação social, familiar, documental e legal, saúde, educação e profissional, permitindo também conhecer o seu percurso migratório, percebendo as dificuldades e potencialidades do mesmo.

Em 2025, o GS atendeu 1105 novos migrantes (mais 12% comparativamente a 2024). Cada migrante pode ter apresentado mais que um motivo para recorrer ao CA. Os mais representativos foram: questões relativas à regularização da situação legal em Portugal (52%); procura de trabalho (48%); necessidade de apoio social (23%); e aprendizagem da língua portuguesa (2%).

Após avaliação social feita em sede de diagnóstico, 87% dos migrantes foram encaminhados para o Gabinete de Emprego, 77% para o CLAIM, 60% para o Gabinete Social e 24% para a Academia. Estes números demonstram que as necessidades das pessoas são superiores aos pedidos apresentados, daí que a percentagem de encaminhamentos seja superior a dos pedidos.

Os pedidos feitos vão de encontro ao perfil dos novos utentes do CA, ou seja, 67% estão desempregados e 61% encontram-se numa situação vulnerável, tendo em conta não só a situação profissional, mas também económica, familiar, habitacional, conhecimento da língua portuguesa, saúde (física e mental) e situação legal.

Relativamente à habitação/alojamento, 49% das pessoas encontravam-se em habitação inadequada, 4% insegura (risco de despejo) e 4% sem-abrigo (3% sem-casa e 1% sem-teto). Portanto, mais de metade dos migrantes que recorreram ao CA têm problemas a nível habitacional e 22% vivem em situação de sobrelotação.

Outro aspeto a salientar, é o facto da grande maioria dos migrantes, 65%, apresentar uma rede de suporte estável. Contudo, esta rede não é suficiente para superar as dificuldades sentidas a nível sócio-económico e habitacional, sendo que 73% demonstram ter rendimentos insuficientes mesmo com o apoio da sua rede. 61% não apresentam autonomia relativamente à sua alimentação, ou seja, ou dependem da família/amigos ou de apoio institucional ou estão mesmo em carência alimentar.

Ainda relativamente ao perfil dos utentes novos em 2025, 94% são imigrantes, de 55 nacionalidades diferentes, embora a grande maioria seja oriunda dos PALOP (71%), sendo São Tomé e Príncipe o país com maior expressão.

Os motivos apresentados para escolher Portugal como país de destino são: melhoria da situação económica (52%); estudo (16%); motivos de saúde (13%); reunificação familiar (8%); guerra, razões políticas, religiosas, orientação sexual (6%); e outros (5%).

Tendo em conta a origem dos migrantes e a sua tipologia (maioritariamente imigrantes e uma pequena percentagem de refugiados), não é de estranhar que o motivo com maior representação seja a melhoria da situação económica, seguida pela educação e saúde (sendo que Portugal tem acordos de cooperação com os PALOP nestes dois últimos motivos).

De seguida vamos abordar o passo seguinte ao diagnóstico, que é a resposta a nível social relativamente às necessidades e potencialidades de cada migrante.

### Atendimento e Acompanhamento Social

O atendimento e acompanhamento social pretende ser um serviço de proximidade e personalizado, com o objetivo de apoiar pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social. A intervenção visa prevenir, apoiar na resolução de problemas.

A intervenção social é baseada em modelos de serviço social, nomeadamente o modelo centrado na tarefa ou resolução de problemas, modelo de intervenção em crise e gestão de caso.

### Gestão de Caso

O GS trabalha com o modelo de gestão de caso para promover um melhor acompanhamento a pessoas migrantes que se encontrem numa situação de grande vulnerabilidade social, e que no momento de contacto com o gabinete apresentam várias problemáticas em que é necessário desenvolver algum tipo de atuação de maior proximidade.

Durante o ano de 2025 foram acompanhados 39 utentes e respetivos agregados familiares. Na maioria foram agregados familiares monoparentais, em situações de maior vulnerabilidade e que necessitam de mais acompanhamento psicossocial na fase inicial de integração em Portugal. Foram ainda realizadas 13 visitas domiciliárias aos utentes acompanhados neste âmbito.

Para cada situação é realizado um Plano Individual de Intervenção, elaborado em conjunto com o utente, no qual são definidas as estratégias e atividades a desenvolver de

ambas as partes de forma a atingir os objetivos definido com o utente. As problemáticas trabalhadas podem ser relacionados com apoios sociais, regularização, questões habitacionais, saúde, trabalho, formação e educação.

No gráfico abaixo é possível verificar que as problemáticas mais comuns a trabalhar com os migrantes através desta metodologia estão relacionadas com acesso a apoios sociais, empregabilidade, questões de saúde e acesso a cuidados médicos e regularização.

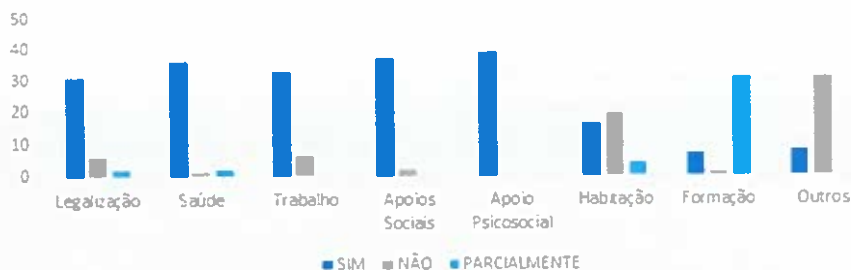


Gráfico 4 – Problemáticas mais comuns a trabalhar com as pessoas migrantes

Ainda durante o decorrer do ano de 2025 foram fechados 19 Planos de Intervenção Individual, dos quais 12 foram fechados com sucesso (61%), e 7 casos foram avaliados com sucesso parcial (38%), destacando-se assim este aspeto bastante positivo, o aumento nos casos fechados com sucesso e nenhum caso fechado com insucesso. Com a mudança para o ano 2026, 20 casos mantêm o acompanhamento.

### Apoios Sociais

Independentemente do modelo aplicado na intervenção social, são prestados apoios sociais enquadrados no plano de intervenção das gestões de caso, bem como em situações em que os migrantes apenas recorrem ao atendimento social de forma mais pontual. Em 2025, foram prestados 4071 apoios sociais.

Os pedidos e apoios prestados, com maior expressão, estão representados no gráfico abaixo.

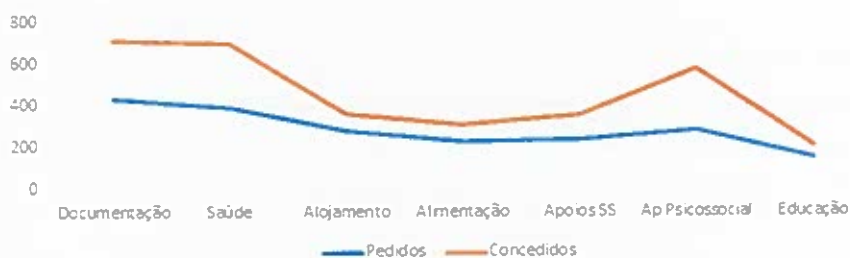


Gráfico 5 – Apoios sociais

Como se pode ver os apoios concedidos estão acima dos pedidos, pois tal como no Diagnóstico, os migrantes estão muito mais preocupados com questões fulcrais para a sua integração em Portugal como emprego e regularização dos seus documentos e faz parte do papel da assistente social perceber onde pode intervir para colmatar a situação de vulnerabilidade social.

Este gráfico representa apenas os apoios mais frequentes e no quadro abaixo pode-se ver a incidência dos mesmos ao longo dos anos.

Apoios Concedidos	2025	2024	2023	2022	2021
1º	<b>Documentação</b>	Saúde	Alojamento	Saúde	Saúde
2º	<b>Saúde</b>	Alimentação	Alimentação	Alojamento	Alimentação
3º	<b>Psicossocial</b>	Psicossocial	Psicossocial	Alimentação	Documentação
4º	<b>Alojamento</b>	Alojamento	Saúde	Ap. Seg Social	Alojamento
5º	<b>Ap. Seg Social</b>	Documentação	Documentação	Psicossocial	Psicossocial
6º	<b>Alimentação</b>	Ap. Seg Social	Emprego	Educação	Emprego
7º	<b>Educação</b>	Emprego	Ap. Seg Social	Emprego	Ap. Seg Social

Comparando com o ano anterior, a maior diferença nota-se no apoio relativo à Documentação e à Alimentação. A primeira por ter sido o maior apoio prestado, o que acontece pela 1ª vez em 5 anos e a segunda por ter baixado consideravelmente também num período de 5 anos, deixando de fazer parte dos cinco maiores apoios prestados. Vamos analisar em pormenor alguns destes apoios.

### Documentação

Este apoio representa cerca de 1/5 de todos os apoios sociais. Neste âmbito inclui-se o apoio a diversas questões relativas ao NISS (informação, obtenção, registo na Segurança Social Direta, etc), ao NIF (informação, atualização de dados, registo no Portal das Finanças, etc), atestados de residência emitidos pelas Juntas de Freguesia e outros documentos como passaporte, relatório Médico, atestado multiusos, etc. Contudo, são as questões relativas ao NISS que têm maior incidência - 68% sobre o total dos apoios com a Documentação. Ao NIF apenas corresponde 18%. Esta situação deve-se ao facto do Instituto da Segurança Social ter alterado as condições de atribuição do NISS aos cidadãos estrangeiros, o que levou a que fosse necessário prestar um maior apoio aos migrantes, tanto a nível da informação como na efetiva submissão do pedido.

### Saúde

A área da saúde representa 17% dos apoios sociais, sendo que mais de metade dos apoios neste âmbito referem-se à prestação de informação (55%) sobre questões de saúde gerais e o sistema nacional de saúde, onde se abordam questões simples como a linha de saúde 24, para que servem os centros de saúde, como aceder ao tratamento médico ou como obter uma consulta de especialidade, etc. A questão específica da inscrição no centro de saúde corresponde a 31% dos apoios. Aqui há um acréscimo de 7%, pois também houve alterações na estrutura/funcionamento na área da saúde. A título de exemplo, a maior parte das inscrições nos Centros de Saúde, passou a ser via email e para as Unidades Locais de Saúde e não diretamente aos centros. Os restantes apoios dizem respeito ao encaminhamento para apoio à medicação e saúde mental.

### Psicossocial

Este apoio é essencial na intervenção social e está sempre presente nos atendimentos aos indivíduos que se encontrem em Gestão de Caso, mas também em outras situações em que o migrante precisa de um apoio mais direcionado na delineação do seu projeto de vida ou orientação na resolução dos seus problemas. Esta necessidade surge devido à mudança que o migrante teve de enfrentar em entrar num novo país e se integrar numa nova realidade, com pouco ou quase nenhum suporte social. A promoção deste apoio surge com o intuito de criar uma relação de proximidade com a pessoa e orientá-la o máximo possível na sua integração, procurando promover os recursos internos e externos de forma a prevenir situações de risco e facilitar a sua autonomização. No âmbito do atendimento psicossocial também é realizada uma atualização do diagnóstico social sempre que se considere pertinente (em 2025 foram

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the word "Ingresso" and initials "M", "J", and "F".

atualizados 297 diagnósticos sociais, mais 46% que em 2024). Este apoio corresponde a 14% do total de apoios prestados no GS.

### Alojamento

O apoio relativo ao Alojamento representa 9% dos apoios sociais. Especificamente dentro deste apoio destaca-se a prestação de informação com 34% e o encaminhamento para respostas internas do JRS com 29%: Centro de Acolhimento Pedro Arrupe (11%) e Gabinete de Habitação (18%, um acréscimo de 9% comparando com 2024). Em situação de maior risco habitacional, 14% dos apoios foram relativos aos serviços de emergência social (informação, orientação e encaminhamento para a linha 144 e serviços de emergência locais). 6% das situações precárias a nível de alojamento foram encaminhados para vários centros de acolhimento (como o Lar Jorbolan, Vitae, Ajuda de Mãe, entre outros). Por fim, 10% foram orientados para os serviços de ação social local.

### Apoios no âmbito das Prestações da Segurança Social

Este tipo de apoio também representa 9% dos apoios sociais do GS, embora com um número absoluto um pouco inferior. O Abono de Família é o apoio com maior representação (66%), seguido do RSI (14%) e prestação de informação (7%). Os apoios da segurança social apenas são possíveis atribuir aos migrantes que sejam residentes legais e nalguns casos, como o RSI e PSI, apenas ao final de um ano com autorização de residência.

### Alimentação

O apoio alimentar para quem apresenta carência a este nível, representa 8% dos apoios dados pelo GS.

Relativamente à alimentação, para além da prestação de informação (22%, menos 13% que em 2024), o JRS apoiou diretamente com produtos alimentares ou vouchers, através de doações e financiamentos específicos, o que se traduz em 14% dos apoios neste âmbito (mais 4% comparando com 2024). Outras pessoas foram encaminhadas para os serviços de ação social local (29%, menos 2% que 2024), diretamente para IPSS que prestam este apoio (10%, mais 4% que 2024) e para o Refeitório Rosália Rendu (25%, mais 7% que 2024).

O apoio alimentar embora tenha decrescido em 2025, tem uma particularidade que merece referência, nomeadamente o apoio através do Refeitório Rosália Rendu. O Refeitório Rosália Rendu (RRR) é uma resposta social da Filhas da Caridade de S. Vicente Paulo, sediado em Lisboa, da qual o JRS Portugal é parceiro há 20 anos e com a qual o GS procura realizar um trabalho de proximidade, uma vez que é essencial ao trabalho desenvolvido na parceria.

No ano de 2025, o encaminhamento para o RRR foi a resposta que teve o maior aumento (7%), tendo sido encaminhados 69 utentes e respetivos agregados familiares. Este ano a maioria dos utentes encaminhados do sexo masculino (52%).

Ao longo do ano de 2025 foram realizadas 4 reuniões com a equipa responsável pelo RRR. Estas reuniões têm contribuído para uma melhorar articulação e funcionamento da parceria interinstitucional, e ambos os serviços notaram um impacto positivo das mesmas.

### Dinâmicas de Grupo

Em 2025 deu-se continuidade a esta atividade com o apoio de estagiárias, com o ob-

jetivo de capacitar e acolher migrantes que se encontram numa situação de vulnerabilidade social, facilitando a sua integração em Portugal. Com sessões semanais às quintas-feiras de manhã, o projeto foca-se em desmistificar serviços, ensinar competências práticas e garantir que cada utente se sinta confiante para interagir na realidade portuguesa.

Durante o ano de 2025, foram realizadas 25 sessões, com diferentes temas. Desde temáticas mais abrangentes, como abordar aspetos culturais dos países de origem e de Portugal, partilha de experiências de vida no seu percurso migratório, informação sobre apoios sociais, acesso à saúde, educação, literacia financeira (utilização de jogos), identificação de potencialidades individuais para integração do mercado de trabalho, até questões muito práticas como a criação e utilização do email, utilização dos telemóveis e algumas aplicações (como por exemplo o Google Maps – exercício prático: como regressar a casa utilizando o GPS) e pagamentos via multibanco.

A eficácia do projeto tem sido aferida através de questionários de satisfação ao final de cada sessão. Por conseguinte, é revelado um feedback consensualmente positivo por parte dos participantes. Além disso, destaca-se a participação ativa do grupo que sugere temas para sessões futuras, que considere relevantes para o seu processo de integração.

Estas sessões acabam por ter um benefício indireto que se traduz no aumento da rede de suporte através das relações de proximidade que se criam entre as participantes.

#### Outras Atividades

- ◆ Em 2025, o Gabinete Social desenvolveu ainda outras atividades:
- ◆ Reuniões mensais para sinalização e gestão de casos com a UDIP Lumiar da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- ◆ Reuniões trimestrais com o Refeitório Rosália Rendu;
- ◆ Duas reuniões temáticas para atualização de metodologias e partilha de conhecimentos entre a equipa (Insuficiência económica e diagnóstico social);
- ◆ Apresentação do projeto de estágio realizado pela estagiária de Serviço Social do Gabinete Social;
- ◆ Atividade de convívio com utentes no Dia da Criança;
- ◆ Reuniões de acolhimento a novos voluntários, nomeadamente médicos e técnicos da área de saúde;
- ◆ Receção de alunos do ISCSP e participação em entrevistas relacionados com o trabalho em serviço social.

Relativamente a atividades externas ao JRS, o GS participou:

- ◆ Formação da EAPN sobre a entrevista Motivacional;
- ◆ Formação da EAPN sobre "Stress e Burnout: desafios e estratégias para mais bem-estar";
- ◆ Formação da EAPN - Oficina de Prática e Conhecimento – Intervenção Social na Área do Apoio Alimentar;
- ◆ Formação promovida pela AIMA sobre a temática de tráfico Seres Humanos;
- ◆ Grupo focal online sobre álcool e migração promovido pela Unidade de Alcoologia de Lisboa/ISPA;

- ◆ Na Assembleia Social da CAS (Comissão do Apostolado Social);
- ◆ Participação encontros- MHPSS JRS Internacional;
- ◆ Participação na execução no PDS - Grupo Trabalho Migrações no âmbito na Rede Social.

M. A. H. M.



### 3.4.3.2. Apoio médico e medicamentoso

O apoio na área da saúde através do atendimento médico e medicamentoso assegura aos migrantes que se deslocam ao JRS apoio a nível do bem-estar físico, através da disponibilização de consultas de clínica geral, acesso a tratamentos de medicina dentária, bem como apoio na aquisição de medicamentos e realização de análises/exames, essenciais para estabelecer um diagnóstico e tratamento correto.

Em 2025 houve um grande aumento no **apoio prestado ao nível médico** face ao ano 2024, uma vez que o JRS contou com a colaboração de 5 novos médicos voluntários, os quais passaram a prestar apoio ao nível de consultas de clínica geral. A colaboração destes voluntários foi feita ao longo do ano, sendo que 4 médicos foram colaborando ao longo do primeiro semestre, tendo havido a última entrada no mês de novembro de 2025. Este apoio foi essencial para a população migrante em situação documental irregular, pois a situação legal compromete o acesso ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), no qual é solicitado o pagamento da totalidade das consultas, meios de diagnóstico e medicação.

Ainda em dezembro de 2025, o JRS contou com o apoio de uma fisioterapeuta voluntária, a qual serviu para dar resposta a situações de saúde muito vulneráveis e que não têm acesso a estes tratamentos no SNS.

Assim, durante o ano de 2025, foram realizadas 82 consultas de clínica Geral a 49 migrantes, em que todos se encontravam em situação irregular ou em processo de regularização e em situação de desemprego ou emprego precário (88%) a maioria do sexo feminino, com uma média de idades de 40 anos e a maioria de nacionalidade de São Tomé e Príncipe (37%), Guiné-Bissau (26%), Nigéria (10%) e Angola (6%), sendo as restantes nacionalidades Argélia(2%), Bangladesh (4%), Brasil(2%), Egito(4%), Gâmbia(2%), Marrocos(2%) e Venezuela(4%).

O **apoio medicamentoso** e apoio para análises e exames complementares é garantido através da colaboração de uma voluntária de farmácia e técnica de análises clínicas, em 2025 foram realizados 317 atendimentos neste âmbito, dos quais 217 para apoio medicamentoso, 43 atendimentos para acesso a análises e exames complementares e 22 relativos a apoio para acesso a tratamentos dentários.

No âmbito desta resposta, foram solicitados pelos utentes 1351 fármacos, tendo sido possível responder a 83% desses pedidos, tendo sido assim mantida a mesma capacidade de resposta quando comparada a 2024 (81%).

Em 2025 o JRS contou novamente com o apoio financeiro através do JRS Europa, o que permitiu dar continuidade ao apoio financeiro a nível das consultas de medicina dentária a migrantes em situação de vulnerabilidade social e financeira, bem como nas limitações de acesso à medicação e na realização de exames e análises.

À semelhança dos anos anteriores, o JRS participou na campanha do Banco Farmacêutico, mantiveram-se as parcerias com o Hospital da Ordem Terceira, a Clínica Mé-

dica e Diagnóstico Alto do Lumiar, a empresa Unilabs e ainda com a Clínica Joaquim Chaves Saúde.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.



### 3.4.3.3. CLAIM Santa Clara

O CLAIM Santa Clara é uma resposta integrada no JRS Portugal desde 2003, tendo como principal objetivo apoiar pessoas migrantes a nível socio-legal, através de atendimento e acompanhamento individual, bem como da realização de sessões de informação sobre os direitos e deveres das pessoas migrantes, a Lei de Estrangeiros, a Lei do Asilo e a nacionalidade portuguesa. O CLAIM Santa Clara integra a Rede Nacional de CLAIM, atualmente dinamizada pela AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo, há cerca de 23 anos.

No ano de 2025, foi dada continuidade ao projeto CLAIM 3.0, cofinanciado pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI2030-FAMI-00327300). O projeto visa consolidar a resposta CLAIM em Lisboa e no Porto, ampliando geograficamente o trabalho de referência do JRS no apoio à integração multidimensional de nacionais de países terceiros (NPT). Este apoio é desenvolvido através de atendimento personalizado, que inclui as dimensões: socio-legal, empregabilidade, psicossocial, habitação e saúde mental, bem como através da realização de atividades de capacitação e sensibilização, promovendo uma integração positiva e sustentável. No âmbito do projeto, foram realizados atendimentos a nacionais de países terceiros em situação regular e/ou em processo de regularização.

#### Principais atividades e estatísticas que evidenciem os resultados alcançados

Em 2025, o CLAIM prestou apoio a 1371 pessoas migrantes, maioritariamente do género feminino (67%), provenientes sobretudo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) (78,5%), com destaque para São Tomé e Príncipe (43,4%), Guiné-Bissau (17,1%), Angola (9,4%) e Cabo Verde (6%), bem como do Brasil (2,6%). Importa referir que a maioria da população atendida se encontrava em idade ativa.

Atendendo à localização do CLAIM Santa Clara, 76,3% dos utentes residiam na Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente nos concelhos de Lisboa (33,5%), Loures (25,9%), Sintra (10,3%) e Odivelas (6,7%).

#### ◆ Realização de atendimento socio-legal

Durante o ano de 2025, foram realizados 2712 atendimentos, dos quais 82% decorreram em regime presencial. Os principais temas abordados estiveram relacionados com processos de regularização em território nacional (79,9%), reagrupamento familiar (7,2%) e questões associadas à nacionalidade portuguesa (2,6%).

No que respeita especificamente aos processos de regularização, a maioria dos atendimentos incidiu sobre a renovação da Autorização de Residência (35,1%), seguida da prestação de informações sobre a Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho (Lei de Estrangeiros) (29,5%), dos pedidos de agendamento junto da AIMA (17,9%) e de outros assuntos (17,5%), como retorno voluntário, obtenção de documentação, entre outros.

No âmbito da prestação de informação, 25% dos atendimentos estiveram relacionados com a renovação da Autorização de Residência, 14,9% com o reagrupamento familiar, 11,7% com a Autorização de Residência CPLP, 10,3% com o artigo 122.º da Lei de Estrangeiros e 10,3% com o artigo 88.º da mesma lei.

Comparativamente a anos anteriores, verificou-se uma alteração significativa no tipo

Mr. [Handwritten signature]



de apoio prestado, sendo que, tradicionalmente, a maioria dos atendimentos se concentrava no artigo 88.º, passando em 2025 a centrar-se sobretudo na renovação da Autorização de Residência. Esta alteração decorre, em grande medida, da extinção da Manifestação de Interesse, bem como do elevado número de cidadãos que enfrentaram dificuldades na renovação dos seus títulos de residência e na compreensão das sucessivas alterações introduzidas nos procedimentos de acesso à renovação.

Relativamente aos pedidos de agendamento junto da AIMA, registou-se uma maior incidência de solicitações relacionadas com as várias alíneas do artigo 122.º (18%), o artigo 92.º (Ensino Secundário) (17%), a renovação de títulos de residência (17%) e o reagrupamento familiar (15%).

Por fim, em 2025, destacam-se as dificuldades associadas à morosidade das respostas da AIMA aos pedidos de agendamento, bem como à escassez de informação relativa a processos já iniciados e aos procedimentos aplicáveis em determinados casos. Ainda assim, importa salientar que a criação da Estrutura de Missão da AIMA para a análise dos processos ao abrigo dos artigos 88.º e 89.º permitiu que muitas pessoas migrantes vissem processos pendentes há vários anos serem, finalmente, analisados.

#### ◆ **Sessões de Informação e Sensibilização para a Integração para utentes**

No âmbito das ações de informação e sensibilização para a integração, foram organizadas, em parceria com a Associação Vitamimos, quatro sessões dinamizadas pela própria associação, centradas na promoção de hábitos alimentares saudáveis, dirigidas à população migrante acompanhada.

Adicionalmente, foram realizadas **seis sessões** dedicadas à informação sobre os **direitos e deveres das pessoas migrantes**, com o objetivo de promover o um exercício informado dos seus direitos e deveres, e uma integração mais consciente e sustentável.

#### ◆ **Atualização de materiais informativos**

Ao longo do ano, procedeu-se à atualização dos materiais informativos, nomeadamente dos folhetos disponibilizados aos utentes, de forma a refletir as alterações legislativas ocorridas no âmbito da Lei de Estrangeiros, bem como a atualização das plataformas digitais da AIMA utilizadas para a submissão de diferentes tipos de pedidos. Os folhetos atualizados serão distribuídos ao longo de 2026, garantindo o acesso a informação clara, atualizada e adequada às necessidades das pessoas migrantes acompanhadas.

#### ◆ **Participação em sessões informativas/formativas externas para técnicos em matérias relevantes**

Em 2025, a equipa participou em diversas sessões informativas e formativas externas, com o objetivo de reforçar competências técnicas e atualizar conhecimentos em matérias relevantes para a intervenção com pessoas migrantes. Entre as ações realizadas, destaca-se a participação na Formação Contínua para Técnicos/as dos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes, bem como numa ação de formação na área da Lei de Estrangeiros, dirigida a profissionais que prestam serviço de proximidade a Estudantes Internacionais, Investigadores e Docentes do Ensino Superior, ambas promovidas pela AIMA. A equipa participou ainda numa formação online sobre Proteção Internacional, promovida pelo CPR – Conselho Português para os Refugiados, assim como numa formação interna dinamizada pela equipa de Saúde Mental do JRS Portugal.

#### ◆ Outras atividades

Ao longo de 2025, para além da intervenção direta com a população migrante, a equipa esteve envolvida em diversas atividades de formação, capacitação, articulação institucional e participação em espaços de reflexão, contribuindo para o reforço da qualidade da intervenção e da cooperação interinstitucional. No âmbito da formação e capacitação, destaca-se a dinamização de uma ação de formação dirigida a técnicos da Câmara Municipal de Valongo, ministrada pelas equipas dos CLAIMs, bem como a orientação de um estágio curricular do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP), promovendo a capacitação prática em contexto de intervenção social. Foi igualmente desenvolvida uma colaboração com a Escola de Turismo e Hotelaria de Lisboa, a pedido da AIMA, no âmbito do Programa Integrar para o Turismo.

Relativamente à participação em fóruns, conferências e sessões temáticas, a equipa marcou presença nos Fóruns de Reflexão promovidos pelo DSPMIG/AIMA, nomeadamente no I Fórum, dedicado ao Retorno Voluntário da OIM – Programa ARVoRe IX, no II Fórum, centrado na inclusão eficaz e abordagens participativas, em parceria com o ACNUR, no III Fórum, sobre Afastamento e Retorno de Cidadãos Estrangeiros do Território Nacional, no V Fórum, dedicado ao Tráfico de Seres Humanos, e no VI Fórum, focado na Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Risco e Perigo. A equipa participou ainda na sessão de esclarecimentos promovida pela FRONTEX, no âmbito do Programa Europeu de Reintegração (EURP), na conferência “Imigração: em busca de um consenso” e num encontro explicativo sobre a aplicação do Decreto-Lei n.º 85-B/2025, de 30 de junho.

Ao nível da articulação institucional, realizaram-se uma visita de acompanhamento da AIMA, no dia 7 de maio, uma visita institucional do CLAIM da Junta de Freguesia de Benfica e duas reuniões de articulação e colaboração entre o CLAIM e a AIMA, reforçando o trabalho em rede e a cooperação interinstitucional.

#### 3.4.3.4. CLAIM Porto

O Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes do Porto - CLAIM Porto, é uma resposta do JRS Portugal na região Norte, para acompanhamento de pessoas refugiadas e migrantes. Iniciou a sua atividade em 2022 e presta apoio ao longo de todo o processo do acolhimento e integração das pessoas migrantes. O CLAIM Porto integra a Rede Nacional de CLAIM, atualmente dinamizada pela AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo.

O CLAIM Porto concorre para os mesmos objetivos que o CLAIM Santa Clara, sendo ambas as respostas parte integrante do Projeto CLAIM 3.0, cofinanciado pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI2030-FAMI-00327300).

#### Principais atividades e estatísticas que evidenciem os resultados alcançados

Em 2025, o CLAIM Porto prestou apoio a 810 migrantes, tendo realizado 2192 atendimentos. A maioria das pessoas atendidas foram do género feminino (53,95%) e com idade média de 34 anos. As nacionalidades com mais representatividade foram: Brasil (18,77%), Angola (11,85%), Colômbia (10,86%), Marrocos (7,78%), Argélia (6,54%) e Argentina (5,43%).

A maioria das pessoas acompanhadas era, à data do atendimento, residente no concelho do Porto (58,89%), seguindo-se o concelho de Vila Nova de Gaia (14,94%), Maia (3,58%), Gondomar (3,33%), Matosinhos (2,84%) e Aveiro (2,10%).



M. J. F. M. J.



Podemos ainda caracterizar os atendimentos realizados em 2025 como atendimentos que incluíram intervenção de natureza sociolegal (88,8%), intervenção social (54,1%) e intervenção no âmbito da empregabilidade (39,3%). Nota: Atendendo à possibilidade de um mesmo atendimento integrar mais do que uma tipologia de intervenção, as percentagens apresentadas não são cumulativas.

#### ◆ Atendimento sociolegal

No ano de 2025, o CLAIM Porto continuou a realização de atendimentos de cariz sociolegal e de apoio à empregabilidade, havendo uma **maior expressão de atendimentos** sociolegais com 1574 atendimentos. Estes tiveram como principais objetivos a prestação de informação e esclarecimentos sobre os direitos e deveres das pessoas migrantes em Portugal - a situação documental em território nacional continua a relevar-se determinante para o grau de integração das pessoas migrantes na sociedade portuguesa, condicionando o acesso a diversas respostas institucionais.

O ano de 2025 foi o ano subsequente ao término das Manifestações de Interesse, o que influenciou significativamente a natureza dos atendimentos realizados. Assim sendo, no âmbito destes atendimentos/acompanhamentos sociolegais, as ações mais comuns foram **a prestação de informações e a realização de pedidos de agendamento junto da AIMA** relativos às diferentes vias de regularização disponíveis, com especial enfoque nos artigos **91.º, 92.º e 122.º da Lei de Estrangeiros, bem como no enquadramento do Regime Transitório**. Paralelamente, foi prestada informação relativa aos novos procedimentos e novas plataformas implementadas pela AIMA, nomeadamente a Plataforma das Renovações para renovação de títulos de residência e o Formulário de Contacto.

De referir que algumas pessoas migrantes acompanhadas não reuniam os critérios para regularização da sua situação documental, com particular incidência em migrantes provenientes de países CPLP. Estas situações exigiram um trabalho de sensibilização para as consequências da permanência irregular em território nacional e para a possibilidade de retorno ao país de origem, incluindo o recurso a programas de apoio ao retorno voluntário. Como consequência desta conjuntura, em 2025 notou-se um **aumento de pedidos de retorno voluntário**. Neste sentido, é de notar a eficácia do programa de apoio ao retorno dinamizado pela FRONTEX, que permitiu o retorno de vários migrantes de forma rápida, consoante o nível de vulnerabilidade em Portugal.

Em 2025, mantiveram-se também dificuldades significativas associadas aos tempos de resposta da AIMA, nomeadamente atrasos no deferimento dos processos, na emissão dos títulos de residência e na entrega dos respetivos cartões, com impacto negativo na vida das pessoas migrantes acompanhadas. Persistiram igualmente constrangimentos no agendamento de processos de reagrupamento familiar e problemas técnicos nas plataformas digitais. Apesar da implementação de novas plataformas com vista à simplificação dos procedimentos administrativos, continuaram a registar-se falhas técnicas relevantes. Adicionalmente, manteve-se como problemática a inexistência de agendamentos para determinados artigos da Lei de Estrangeiros.

No decurso de 2025, continuou igualmente a ser prestada informação relativa à obtenção do Número de Identificação Fiscal (NIF), do Número de Identificação da Segurança Social (NISS) e ao acesso a outros documentos e direitos. Neste sentido, a dificuldade na obtenção do NISS manteve-se como um grande constrangimento, uma vez que o acesso a este número é necessário para a contratação por parte de várias entidades empregadoras. Para além do impacto da ausência do NISS na integração no mercado de trabalho, foram identificadas dificuldades relacionadas com a sua



atribuição a crianças e, conseqüentemente, nos requerimentos de benefícios sociais, como o abono de família, afetando também o acesso das famílias a apoios escolares. Em 2025, o atendimento social registou um aumento face a 2024, focando-se no acompanhamento de migrantes em situação de elevada vulnerabilidade, incluindo pessoas em situação de sem-abrigo. Os principais pedidos de apoio incluíram apoio no preenchimento de requerimentos de prestações sociais, carência alimentar ou de vestuário, necessidade de alojamento, apoio médico e medicamentoso, e produtos de higiene e de bebé. Neste âmbito, foram realizados encaminhamentos para respostas comunitárias com vista à mitigação das necessidades identificadas e atribuídos apoios pontuais pelo CLAIM Porto, nomeadamente através da disponibilização de bens alimentares e cartões de transporte.

A dificuldade de integração plena no sistema português, a impossibilidade de regularização, a elevada burocratização dos procedimentos, a falta de resposta da AIMA a pedidos de agendamento e renovação de documentos e o agravamento da precariedade laboral contribuíram para o aumento da vulnerabilidade social das pessoas migrantes acompanhadas. Para além disso, a conjugação de fatores como o elevado custo de vida em Portugal, a precariedade habitacional, problemas de saúde física e/ou mental e a não proficiência na língua portuguesa conduziram muitas pessoas migrantes a situações de extrema fragilidade social. Em paralelo, o próprio apoio social continuou a ser um desafio para a equipa, uma vez que o encaminhamento para respostas institucionais se encontra fortemente condicionado pelo estado de regularização, havendo recusa de atendimento por parte de entidades a pessoas sem Autorização de Residência.

#### ◆ **Atendimento de apoio à empregabilidade**

No domínio da empregabilidade, foram realizados **618 atendimentos**, sendo que os principais apoios prestados consistiram na elaboração e atualização de currículos, recolha de informação sobre áreas de interesse e disponibilidade horária, prestação de informação sobre técnicas de procura ativa de emprego e empresas de trabalho temporário, mediação entre pessoas migrantes e entidades empregadoras e apoio no envio de candidaturas a ofertas de emprego. No acompanhamento na área da empregabilidade, destacou-se como principal dificuldade a contratação de pessoas migrantes sem Autorização de Residência, tornando particularmente exigente o acompanhamento de pessoas em processo de regularização. A ausência de NISS constituiu igualmente um obstáculo significativo ao acesso a empregos com contrato de trabalho estável. Não obstante estes constrangimentos, o CLAIM Porto continuou a promover parcerias com entidades da comunidade, com o objetivo de sensibilizar as empresas para o enquadramento legal da contratação de pessoas migrantes e de reforçar respostas articuladas nesta área.

#### ◆ **Sessões de Informação e Sensibilização para a Integração para utentes**

Para além do atendimento e acompanhamento individual dos migrantes que procuraram o JRS Portugal no Porto, foram dinamizadas **também 7 sessões de informação sobre direitos e deveres dos migrantes em Portugal**, em parceria com entidades próximas do CLAIM Porto como a Junta de Freguesia do Bonfim, a APDES – Agência Piaget para o Desenvolvimento, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e a AAPAR – Coletividade Argentina. Foi realizada também uma ação de formação à Câmara Municipal de Valongo, dirigida às técnicas desse mesmo serviço sobre a Lei de Estrangeiros, Nacionalidade, Asilo e Direitos Sociais do Mirantes em Portugal.

No âmbito do apoio para a empregabilidade e para o desenvolvimento de compe-

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*



tências neste sentido, foram realizados **8 workshops sobre direitos e deveres dos trabalhadores em Portugal** (em parceria com a ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho), procura ativa de emprego e elaboração de currículo. Foram feitas **também 5 jornadas de emprego**, caracterizadas pelo acompanhamento e orientação de migrantes na entrega de currículos em empresas previamente contactadas para este efeito. Foi dinamizada ainda **uma Feira de Emprego** no espaço cedido pela Junta de Freguesia do Bonfim, com a participação de empresas relevantes no cenário da contratação de migrantes na Área Metropolitana do Porto. Por fim, o CLAIM Porto participou ainda em atividades de promoção da empregabilidade, dinamizadas por entidades parceiras, bem como reuniões mensais com entidades parceiras, com o propósito de fortalecer a estratégia de apoio à integração profissional da população migrante.

◆ **Atualização de materiais informativos**

Ao longo do ano, procedeu-se à atualização dos materiais informativos, nomeadamente dos folhetos disponibilizados aos utentes, de forma a refletir as alterações legislativas ocorridas no âmbito da Lei de Estrangeiros, bem como a atualização das plataformas digitais da AIMA utilizadas para a submissão de diferentes tipos de pedidos. Os folhetos atualizados serão distribuídos ao longo de 2026, garantindo o acesso a informação clara, atualizada e adequada às necessidades das pessoas migrantes acompanhadas.

◆ **Participação em sessões informativas/formativas externas para técnicos em matérias relevantes**

Em 2025, a equipa participou em diversas sessões informativas e formativas externas, com o objetivo de reforçar competências técnicas e atualizar conhecimentos em matérias relevantes para a intervenção com pessoas migrantes. Entre as ações realizadas, destaca-se a participação na **Formação Contínua para Técnicos/as dos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes**, dinamizada pela AIMA, bem como numa ação de formação na área da Lei de Estrangeiros, dirigida a profissionais que prestam serviço de proximidade a Estudantes Internacionais, Investigadores e Docentes do Ensino Superior, igualmente promovida pela AIMA. A equipa participou ainda numa **Formação de TAV - Técnico de Apoio a Vítima** dinamizada pela Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Matosinhos, assim como numa formação interna dinamizada pela equipa de Saúde Mental do JRS Portugal. Por último, participou numa sessão de informação dedicada ao Enquadramento fiscal e declaração de IRS, dinamizada pelo CLAIM IDSET.

◆ **Outras atividades**

Ao longo de 2025, a equipa participou numa ação de sensibilização sobre Práticas Tradicionais Nefastas, promovida pela APAV, e na sessão de lançamento do Projeto OIM/AIMA – Apoiar um Novo Enquadramento Institucional e uma Abordagem Coordenada para a Integração de Pessoas. Integrou ainda o processo de elaboração do Plano Municipal da Integração de Migrantes, dinamizado pela Câmara Municipal do Porto.

Paralelamente, prestou apoio nas **entrevistas do Programa Integrar para o Turismo, em parceria com a AIMA, na Escola de Turismo e Hotelaria do Porto**. No domínio da reflexão e partilha de práticas, marcou presença no Seminário Internacional da EAPN, subordinado ao tema “As mudanças na intervenção social emergentes e os desafios da imigração”, e na sessão “Inclusão eficaz de migrantes: abordagens participativas para profissionais a nível local”, dinamizada pela AIMA em parceria com o ACNUR.

A equipa participou igualmente no III Fórum de Reflexão “À conversa sobre afasta-

Teófilo  
M. J. J.  
M. J.



mento e retorno de cidadãos estrangeiros do território nacional”, promovido pela AIMA, bem como numa sessão de esclarecimentos sobre o programa FRONTEX | EURP – Programa de Reintegração da União Europeia e esteve presente numa reunião de colaboração entre a AIMA e os CLAIMs promovida pela mesma entidade. Destaca-se, ainda, a realização da Festa de Natal, enquanto momento de convívio com as famílias acompanhadas, com apoio da REFOOD e da Deloitte.

### 3.4.3.5. Mediadores Municipais e Interculturais

O Projeto Mediadores Municipais e Interculturais surgiu a partir de um diagnóstico sobre as realidades e necessidades das comunidades ciganas e migrantes da cidade do Porto. Coordenado pelo Município do Porto, conta com a parceria da Associação de Solidariedade e Ação Social de Ramalde, Espaço T, Associação de Ludotecas do Porto e JRS – Portugal.

O projeto tem como principal objetivo promover a integração e inclusão social destas populações, recorrendo à mediação intercultural para aproximar comunidades e entidades locais. Pretende, assim, fomentar o diálogo intercultural e contribuir para territórios mais inclusivos e participativos.

A mediação intercultural baseia-se em princípios de interculturalidade, igualdade de oportunidades e não discriminação, atuando em áreas como Educação, Cultura e Empregabilidade. Ao promover o envolvimento e o sentimento de pertença, o projeto reforça a coesão social e valoriza a diversidade cultural da cidade.

Durante o ano de 2025, o projeto dos Mediadores Municipais Interculturais continuou a afirmar-se como um instrumento essencial na promoção da integração das pessoas migrantes e no fortalecimento da coesão social no município do Porto.

As ações desenvolvidas visaram fomentar o diálogo intercultural, a capacitação e o empoderamento dos cidadãos migrantes, bem como reforçar a ligação entre estes e os diferentes serviços e instituições locais.

#### Apresentação de resultados

Atualmente, as necessidades das pessoas migrantes têm evoluído, com um aumento dos pedidos de informação sobre as alterações à lei de estrangeiros, registo de menores e renovação de títulos de residência. São também frequentes as situações relacionadas com os longos tempos de espera nos processos de reagrupamento familiar e pedidos de residência para fins de estudo.

Apresentamos, de seguida, para cada eixo de ação, a descrição das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados pelo projeto ao longo do ano de 2025:

#### ◆ Serviço Municipal de Mediação Intercultural (SMMI)

O SMMI, acontece no Gabinete do Município do Porto, realiza um diagnóstico de necessidades a cada pessoa migrante, com posterior acompanhamento individualizado. Operacionaliza os encaminhamentos e acompanhamentos necessários, tanto no âmbito social como nas questões socio-legais que se prendem com a regularização em território nacional. O SMMI contribuiu diretamente para o reforço da autonomia e empoderamento dos participantes, promovendo o conhecimento sobre direitos, vias legais de regularização e prevenção de situações de vulnerabilidade futura. Ao longo de 2025, atendemos **18 pessoas migrantes** em **429 atendimentos**. Fizeram-se ainda 14 acompanhamentos a serviços.

*Três*  
*el. H M*



#### ◆ Programa de Ativação de Competências Cívicas e Interculturais

Este eixo, prevê a participação e o acompanhamento das pessoas migrantes, residentes na cidade do Porto, em visitas a equipamentos e/ou locais, para a promoção cultural, cívica e desportiva; projetos de animação comunitária, de criação artística e artesanal; organização de debates em torno de temas na área da mediação intercultural e partilha de boas-práticas de diferentes territórios; dinamização de atividades de educação para a cidadania. Assim, ao longo de 2025 realizámos **23 ações, tendo impacto na vida de 158 pessoas migrantes.**

#### ◆ Percurso de Ativação da Qualificação e Empregabilidade

O último eixo de atuação do projeto prevê: a criação de projetos educativos de combate ao abandono e insucesso escolar; a participação de pessoas migrantes residentes na cidade do Porto em oficinas de alfabetização de adultos, de modo a facilitar a transição para percursos de maior exigência, em articulação com respostas formativas e de emprego existente, e a conceção e dinamização de atividades de educação não formal que contemplem momentos de formação/capacitação e lúdico-expressivas. **Realizámos 15 atividades, nas quais atingimos 176 pessoas migrantes.**

Em suma, ao longo deste ano, foram acompanhadas **541 pessoas migrantes** no âmbito das diferentes ações do projeto, refletindo o impacto crescente e positivo da intervenção intercultural no território.

As atividades desenvolvidas evidenciam uma melhoria significativa no empoderamento, autonomia e sentimento de pertença dos participantes.

#### Conclusão

O ano de 2025 reforçou a relevância da mediação intercultural enquanto instrumento fundamental para a integração, a coesão social e a promoção dos direitos das pessoas migrantes.

Por meio da articulação entre o acompanhamento individual, ações de capacitação e iniciativas culturais e artísticas, foi possível intensificar o diálogo entre diferentes culturas e fomentar uma sociedade mais inclusiva, solidária e participativa.

O balanço deste período revela-se claramente positivo, evidenciando a consolidação de parcerias, a forte participação do público-alvo e o significativo impacto social das atividades realizadas.

#### 3.4.3.6. Unidade Habitacional de Santo António (UHSA) – Acompanhamento na Detenção

O Centro de Instalação Temporária (CIT) – Unidade Habitacional de Santo António (UHSA), localizado no Porto, conta com a presença do JRS Portugal desde a sua abertura em 2006. As instalações, geridas pela Polícia de Segurança Pública (PSP), destinam-se à detenção de migrantes em situação irregular, pelo período máximo legal de 60 dias, enquanto aguardam os trâmites do processo administrativo analisado pela Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras (UNEF). O JRS atua na UHSA no âmbito de um protocolo com a PSP, prestando apoio psicossocial e sociolegal aos utentes.

#### Principais atividades e estatísticas que evidenciem os resultados alcançados

Em 2025, a UHSA contabilizou 273 utentes, o que representa um crescimento significativo de 80,8% face aos 151 utentes registados em 2024. Dos quais 16 eram do género feminino e 257 do género masculino, com idades entre 1 e 63 anos (média de 33 anos). Destacaram-se utentes de Marrocos (48), Índia (36), Argélia (34), Brasil (16) e Guiné-

-Bissau (12).

Assim, foram realizados 1794 atendimentos, correspondendo a 2290 intervenções, distribuídas em 248 acolhimentos sociais, 926 acompanhamentos sociais, 855 acompanhamentos legais e 261 orientações para a saída.

#### ◆ **Acolhimento social e Realização de diagnósticos sociais**

No momento da entrada do utente na UHSA, é realizado um atendimento inicial aprofundado, com o auxílio de um intérprete do idioma nativo do utente, durante o qual é efetuado um diagnóstico social com o objetivo de avaliar as suas necessidades e vulnerabilidades. Este primeiro atendimento, intitulado de acolhimento social, permite à equipa prestar informação sociolegal pertinente à situação do utente, esclarecer eventuais dúvidas, acolher as suas preocupações relativamente à situação em que se encontra, bem como recolher informação sobre o seu percurso migratório e a respetiva rede de apoio.

Em 2025, foram efetuados 248 acolhimentos sociais, incluindo 208 diagnósticos sociais.

#### ◆ **Atendimento e acompanhamento social**

Durante a estadia no CIT, a equipa assegura o acompanhamento contínuo, incluindo apoio psicossocial, escuta ativa, orientação, gestão de stress e ansiedade, contacto com familiares e organizações externas, aquisição de bens essenciais e gestão do banco de roupa, bem como esclarecimentos sobre legislação migratória, processo administrativo e apoio na requisição de proteção jurídica, em articulação com advogados, defensores oficiosos, CPR e UNEF/PSP.

Em 2025, foram realizadas **926 intervenções de acompanhamento social**, destacando-se a atribuição de vestuário (627), disponibilização de telefone (114), compras no exterior (90) e articulação com a PSP (47) e Médicos do Mundo (15). Foram ainda registados **855 acompanhamentos sociolegais**, com destaque para informação sobre afastamento coercivo (352), contactos com advogados (177), proteção internacional (157) e requerimentos de proteção jurídica (149).

#### ◆ **Dinamização de atividades lúdicas e inter-religiosas**

Ao longo de 2025, o JRS dinamizou diversas atividades lúdicas, com o objetivo de promover o bem-estar psicológico dos utentes e tornar mais suportável o período de detenção. Estas iniciativas contribuíram para a redução do stress, o fortalecimento das relações interpessoais e a ocupação positiva do tempo. Entre as iniciativas desenvolvidas destacam-se: atividades de pintura, com telas e tintas acrílicas; atividades de moldagem de barro; atividades de jardinagem e plantação (de vários vegetais e plantas); atividades desportivas, com voluntários estudantes de desporto e atividades temáticas, como a festa de Natal, a decoração da árvore de Natal; e a celebração de aniversários dos utentes.

#### ◆ **Atendimento de orientação para saída**

Na fase final da detenção, correspondente ao término do período máximo de 60 dias, o JRS realiza a orientação para a saída, com o objetivo de preparar o utente. Durante este atendimento são esclarecidas dúvidas sobre o processo administrativo, verificada a existência de rede de apoio em Portugal e avaliada a necessidade de alojamento, com encaminhamento para o Instituto da Segurança Social sempre que necessário. São também identificadas necessidades adicionais, como vestuário, mochila ou bilhete de autocarro, e efetuados contactos com organizações que anteriormente

M. J. F. J. Bissau



Imagem  
del: [assinatura]  
[assinatura]



apoiavam o utente. Em casos de risco de sem-abrigo, o JRS disponibiliza um Kit de Emergência, composto por mochila, roupa, cachecol, manta, capa de chuva, luvas e contactos úteis de balneários públicos, apoio alimentar e dos CLAIMs do JRS.

Em 2025, realizaram-se **261 orientações para a saída** que abordaram várias necessidades, destacando-se 166 ações de apoio psicossocial, 62 orientações geográficas, 54 aquisições de bilhetes de transporte, 23 encaminhamentos para o Instituto da Segurança Social, 13 informações sobre apoio alimentar e 12 sobre balneários públicos.

◆ **Angariação de voluntários**

Durante o ano de 2025, a UHSA acolheu **quatro estagiárias**, no âmbito de estágios curriculares em Serviço Social e Educação Social, provenientes do Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP) e da Escola Superior de Educação. Continuou igualmente a contar com a presença dos voluntários do programa FAS Imigrantes, foram acolhidos **dois novos voluntários** para a dinamização de atividades desportivas.

◆ **Outras atividades**

Para além das atividades desenvolvidas diretamente com os utentes, a equipa participou no Detention Visitors Support Group (DVSG), uma iniciativa do JRS Europa, realizada na Irlanda. Destaca-se ainda a participação no Seminário Internacional "Migrações e Retorno", integrado nas comemorações do 158.º Aniversário da PSP.

**3.4.4. Academia**

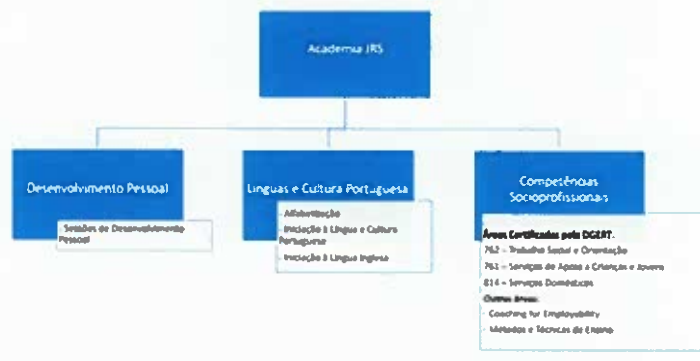


Imagem 4 – Organograma da Academia

A intervenção da Academia JRS ocorre nas cidades de Lisboa e Porto, com o objetivo de capacitar um número crescente de imigrantes e refugiados. Este foco tem impulsionado o desenvolvimento de uma maior diversidade de projetos, parcerias e atividades formativas, permitindo responder de forma mais eficaz às necessidades desta população.

A estruturação e desenvolvimento das formações oferecidas dependem principalmente das entidades financiadoras, bem como das necessidades identificadas entre a população imigrante e refugiada, tendo em consideração as exigências do mercado de trabalho.

Durante o ano de 2025, a equipa da Academia JRS foi composta por 1 coordenadora, 4 técnicos sociais que desempenharam funções de formadores (2 em Lisboa, 1 em Vendas Novas e 1 no Porto), 2 formadores externos, e um grupo de 15 formadores vo-

luntários especializados em diversas áreas de formação. Estes formadores estavam integrados em projetos específicos, trabalhando de forma colaborativa para promover a capacitação e integração da população-alvo.

Ao longo do ano, foram desenvolvidos dois projetos, juntamente com outras atividades formativas integradas em diferentes áreas de intervenção do JRS. No total, foram realizados 19 cursos, abrangendo uma ampla variedade de áreas de formação, com o objetivo de promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos participantes e apoiar a sua integração social e laboral.

Para dar início aos vários cursos formativos previstos no âmbito dos diferentes projetos, foram realizadas 395 entrevistas de seleção a migrantes e refugiados que se inscreveram e manifestaram interesse em participar. Deste processo resultou a seleção de 360 formandos.

#### Dados estatísticos e atividades desenvolvidas

Ao longo do ano, foram desenvolvidos os seguintes projetos/atividades formativas:

#### ◆ Área de Alfabetização e Humanidades

##### ▷ Projeto - "Claim 3.0" ( FAMI 2030-FAMI-00327300)

Um dos objetivos deste projeto passa por criar uma resposta formativa inovadora, permitindo que os participantes aprendessem a língua portuguesa de forma dinâmica e criativa. Através de jogos, flashcards, dinâmicas interativas e saídas culturais, os formandos tiveram a oportunidade de aprender e adaptar-se à nova língua e cultura, num ambiente enriquecedor e envolvente.

	Local	Modalidade	Nº Ações	Carga Horária/Ação	Nº Formandos Iniciais	Nº Formandos Finais	Nº Formadores Externos
Curso Iniciação Língua Portuguesa	Lisboa	Presencial	3	80h	51	42	1
	Porto		3	80h	40	23	1
Total			6	480h	91	65	2

##### ▷ Projeto - "Palavras Cruzadas" ( FAMI2030-FAMI- 01168400)

O Projeto teve como principal objetivo promover apoio especializado a refugiados e requerentes de asilo, através de um conjunto de respostas orientadas para a capacitação de competências linguísticas e comunicativas em língua portuguesa, bem como para o desenvolvimento de competências socioculturais, fomentando a familiarização e a compreensão dos códigos socioculturais da sociedade portuguesa.

Neste sentido, estas respostas foram desenvolvidas em vários polos, nomeadamente em Lisboa, mais concretamente na sede do JRS, e nos Centros de Acolhimento de Vila Nova de Gaia (Porto) e de Vendas Novas.

O projeto teve também como objetivo implementar e avaliar uma nova metodologia de ensino, a Metodologia GPA (*Growing Participant Approach*), com vista a adaptar o ensino da língua portuguesa às diversas realidades de aprendizagem dos participantes, proporcionando uma abordagem mais centrada na pessoa e funcional, capaz de

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

potenciar a aquisição de competências linguísticas e socioculturais de forma prática e contextualizada.

	Local/Centro Acolhimento	Regime	Nº Ações	Carga Horária	Nº Formandos Iniciais	Nº Formandos Finais
<b>Curso Iniciação à Língua e Cultura Portuguesa</b>	Lisboa	Presencial	6	100h	53	44
	Vendas Novas	1 Presencial e 2 Online	3	150h/Presencial +48h+34h online	28	28
<b>Aulas Abertas Diárias de Língua e Cultura Portuguesa</b>	Vila Nova de Gaia	Presencial	N/A	5h/diárias	114	114
<b>Total</b>			<b>9</b>	<b>1046h</b>	<b>195</b>	<b>186</b>

O perfil dos participantes que usufruíram das respostas do projeto revela diversidade em termos de género, idade, formação académica e proveniência geográfica. Dos 195 participantes, 69 eram mulheres e 126 homens, sendo que 65 foram identificados como estando em situação de vulnerabilidade. Quanto à faixa etária, 24 tinham menos de 18 anos, 168 entre 18 e 60, e apenas 3 eram maiores de 60 anos. A maioria possuía qualificações superiores e era proveniente da América Latina, da Ásia Ocidental e Central, e da África Central e ocidental.

◆ **Área de Desenvolvimento Pessoal e Áreas Socioprofissionais**

▷ **Projeto - “Talents and Skills Academy”, 2ª Edição (2025-2027) - BNP Paribas**

A 2.ª edição do Projeto manteve como principal objetivo a promoção do desenvolvimento de competências dos migrantes, através da oferta de cursos orientados para o desenvolvimento pessoal, social e profissional.

No total, participaram 32 formandos nos três cursos de *Coaching for Employability*, sendo 53% do sexo masculino e 47% do sexo feminino. Quanto à faixa etária dos formandos, verifica-se uma maior concentração nas idades compreendidas entre os 31 e os 40 anos.

Relativamente à nacionalidade, verificou-se uma predominância de participantes oriundos do Bangladesh (50%), seguidos do Afeganistão (22%), Índia (13%) e Paquistão (9%), com percentagens residuais da Índia e de Moçambique (3% cada).

Quanto às áreas de formação académica, a maioria dos formandos possui licenciatura em Ciências Económicas e Empresariais (13), seguindo-se Engenharia e Tecnologias da Informação (7), Saúde (4) e Ciências Sociais e Humanas (2), existindo ainda quatro formandos com formação superior em áreas diversas.

Para além dos resultados quantitativos, os resultados qualitativos revelam um impacto muito positivo do programa: através do Questionário de Satisfação, os formandos demonstraram níveis máximos de concordância (5 numa escala de 1 a 5) relativamente ao aumento da confiança, sentimento de pertença e contributo do programa para o seu bem-estar, evidenciando um forte impacto ao nível do desenvolvimento pessoal e do bem-estar dos participantes.

	Local	Modalidade	Nº Ações	Carga Horária/Ação	Nº Formandos Iniciais	Nº Formandos Finais	Nº Int. Profissionais	Nº Voluntários BNPP	Nº Voluntários JRS
Curso Coaching for Employability	Lisboa	Presencial	3	90h	32	32	13	8	5
Curso Métodos e Técnicas de Ensino			1	16h	4	4	N/A	N/A	N/A
Curso Iniciação à língua inglesa			4	40h	26	21	N/A	N/A	N/A
<b>Total</b>			<b>8</b>	<b>446</b>	<b>62</b>	<b>57</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>5</b>

#### ► Cursos desenvolvidos no âmbito das áreas socioprofissionais

Estes cursos foram realizados no âmbito de uma iniciativa de angariação de fundos, que permitiu apoiar mulheres migrantes em idade ativa, mas que não dispunham das competências técnicas necessárias para o exercício de uma profissão. A maioria das participantes era proveniente dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).

	Local	Modalidade	Formação Prática	Nº Ações	Carga Horária/Ação	Nº Formandos Iniciais	Nº Formandos Finais	Nº Int. Profissionais	Nº Voluntários JRS
Curso Serviço Doméstico	Lisboa	Presencial	Centro Social da Musgueira	1	50h	6	6	4	1
Curso Cuidados Básicos a Idosos				1	100h	6	6	3	1
<b>Total</b>				<b>2</b>	<b>150h</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>2</b>

#### ► Projeto: + Médicos no SNS

Este projeto tem como primeira fase a realização de um diagnóstico nacional sobre a situação de médicos imigrantes e refugiados cujas qualificações não estão reconhecidas e/ou que não têm autorização da Ordem dos Médicos para exercer em Portugal. Através deste diagnóstico pretende-se conhecer a situação social e profissional, identificar dificuldades e potencialidades, apoiar o reconhecimento de qualificações e apoiar a integração profissional na sua área de formação.

Assim, procedeu-se à elaboração do questionário e respetiva divulgação junto de várias entidades de apoio a imigrantes e refugiados.

### 3.4.5. Emprego

O Gabinete de Emprego do JRS desenvolve um conjunto de ações relacionadas com a empregabilidade de forma a contribuir para o alcance daquele que é um dos principais objetivos dos migrantes em Portugal: trabalhar. Para o efeito, em 2025 destacamos a realização das seguintes atividades:

- ◆ **Definição e/ou atualização do perfil profissional realizado com 1529 utentes, num**

*Miguel*



**total de 4005 atendimentos**, presenciais e à distância, para efeitos de matching com ofertas de emprego. Desses, 71% eram mulheres e 29% homens. No que respeita a nacionalidade, constatou-se a representatividade de 62 países, com maior frequência de São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola e Brasil. No que respeita a idade, fomos procurados por pessoas entre os 16 e os 80 anos, com maior representação da faixa etária entre os 26 e os 55 anos.

- ◆ **Dinamização de 39 workshops sobre os temas Introdução às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), Prospecção de Ofertas de Emprego, Preparação de Entrevistas de Emprego e Direitos & Deveres Laborais**, em português e inglês, com o objetivo de capacitar os migrantes e potenciar a autonomia na procura de emprego, melhorar as suas competências pessoais e ajudar a compreender o mercado de trabalho português;
- ◆ **Dinamização de 5 Jornadas de Emprego** para desenvolvimento de competências de prospecção de emprego presencial e “porta-a-porta”, em pequenos grupos, no sentido de trabalhar a proatividade e confiança dos candidatos no processo de pesquisa e candidatura a empresas;
- ◆ **Pesquisa, divulgação e encaminhamento para respostas alternativas/complementares**, no sentido de maximizar as possibilidades de integração laboral e de formação dos migrantes, considerando os seus perfis;
- ◆ **Atualização e inovação dos conhecimentos** da equipa técnica, através da participação em ações formativas, com o objetivo de enriquecer e melhorar a intervenção com os utentes. Destacam-se temáticas como Mentoria para o desenvolvimento profissional, Inclusão eficaz e abordagens participativas para profissionais, Burnout, Protocolo Via Verde, Lego Serious play e Aprendizagem da Língua portuguesa em contexto laboral;
- ◆ **Angariação de 291 ofertas de emprego**, com o respetivo tratamento individualizado de cada uma, maioritariamente nas áreas da geriatria, serviço doméstico e hotelaria. Neste sentido, 201 ofertas vieram de particulares, 75 de empresas e 15 através de parcerias com outras entidades. Das ofertas angariadas resultaram 73 colocações profissionais diretas, especialmente nas áreas da geriatria (N=27) e do serviço doméstico (N=27), por contratação de particulares. Importa ainda referir que 33 das ofertas continuam ativas e os processos de recrutamento transitaram para 2026 e que 38 entidades empregadoras ainda não deram feedback sobre o processo de recrutamento, apesar da nossa insistência;
- ◆ **Manutenção do funcionamento da linha de contacto exclusivo para empregadores**, telefónica e online, com o objetivo de manter contacto próximo e direto com entidades empregadoras. Não obstante, verificou-se que esta é muitas vezes utilizadas erradamente por utentes/candidatos, o que nos leva a questionar a efetividade da mesma;
- ◆ **Follow-up com empregadores** após referenciação de candidatos, de forma a obter feedback sobre cada um dos candidatos referenciados para as ofertas de emprego, acompanhar o processo de recrutamento e de pós-colocação. Contudo, apesar da realização de contactos de seguimento com todas as 291 ofertas de emprego angariadas, por telefone e/ou email, 38 empregadores não responderam, porque apresentam dificuldades administrativas para fornecer essa informação ou porque, consideramos nós, a sua necessidade de trabalhadores foi colmatada;
- ◆ **Mapeamento de potenciais stakeholders e estabelecimento de parcerias**, com vista ao aumento de oportunidades de trabalho. Nesse sentido, realizamos contacto com 98 empresas, dos quais resultou estabelecimento formal de duas novas parcerias, nomeadamente com a The Fladgate Partnership e a Orbitur;

M. J. A. Magalhães



- ◆ **Prospecção de oportunidades de trabalho** adequadas aos perfis dos migrantes, através da pesquisa em sites de emprego e/ou redes sociais, com um total de 289 candidaturas. Esta atividade permitiu também acompanhar a dinâmica dos processos de recrutamento, compreender as necessidades do mercado de trabalho e divulgar o serviço do JRS junto de novas empresas;
- ◆ **Preparação de uma divulgação sobre o serviço prestado pelo Gabinete de Emprego junto a potenciais empregadores**, a efetivar em 2026, com vista à angariação de mais oportunidades de emprego na área específica dos cuidados a idosos;
- ◆ **Aproximar o Gabinete de Emprego ao tecido empresarial**, através da dinamização de 11 workshops junto de empresas, com vista à sensibilização das mesmas para a Diversidade e Inclusão, à informação sobre contratação de estrangeiros e à partilha de boas práticas, bem como à assimilação por parte do Gabinete de Emprego da perspetiva empresarial do recrutamento;
- ◆ **Desenvolvimento de duas Feiras de Emprego**, com a presença das empresas Velolia e Equivalence, que proporcionaram aos candidatos a possibilidade de estar em contacto direto com entidades empregadoras e dessa forma testar as suas competências, esclarecer dúvidas e aumentar a sua probabilidade de contratação;
- ◆ **Acompanhamento da intervenção do CLAIM Porto no âmbito da empregabilidade**, apoiando a equipa tanto em questões práticas de integração laboral dos utentes, como na relação com as empresas e desenvolvimento de ações de capacitação/formação.

Em 2025 foram também várias e multissetoriais as **dificuldades** sentidas no âmbito da intervenção do Gabinete de Emprego, a saber:

- ◆ Redução da equipa técnica, impactando na capacidade de atendimento e na realização de atividades coadjuvantes;
- ◆ Alterações legislativas, nomeadamente o fim das manifestações de interesse, impossibilitando a regularização pela via do trabalho;
- ◆ Morosidade da AIMA no tratamento dos pedidos de regularização/renovação e término da prorrogação do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, tendo as empresas retraído a contratação de trabalhadores migrantes devido à incerteza do seguimento que os seus processos iriam ter;
- ◆ Extremar da opinião pública sobre a presença de migrantes em Portugal, aumentando a discriminação no acesso ao emprego;
- ◆ Perfil dos candidatos desfasada da exigência do mercado de trabalho;
- ◆ Poucas respostas de capacitação/formação profissionalizante para os utentes, que permitam aumentar as suas competências e assim torná-los mais competitivos no acesso ao emprego;
- ◆ Burocracia excessiva associada ao atendimento/acompanhamento dos utentes, para corresponder à exigência dos financiadores, consumindo tempo que poderia ser dedicado ao apoio direto aos utentes.

### 3.4.6. Jurídico

O Gabinete constitui um pilar central da intervenção do JRS, assegurando apoio direto, articulação institucional e suporte transversal à organização.

Ao longo do ano, o Gabinete Jurídico do JRS contabilizou cerca de 1.023 atendimentos

Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

diretos a utentes. Este aumento significativo deveu-se:

- ◆ ao acréscimo de necessidades decorrentes da Estrutura de Missão da AIMA;
- ◆ à atividade dos centros de acolhimento do JRS.

O Gabinete Jurídico é igualmente procurado por outras entidades parceiras, incluindo CLAIM e entidades de acolhimento, em virtude do reconhecido valor e especialização do apoio jurídico prestado.

Durante o ano, o Gabinete reuniu-se com a equipa de Retorno Voluntário da OIM, com vista à criação de um protocolo para o acolhimento da população abrangida por este mecanismo. Foram igualmente exploradas possíveis parcerias na área das medidas alternativas à detenção.

Elaboraram-se ainda diversas propostas de protocolos de acolhimento com vista à manutenção dos centros de acolhimento, as quais foram remetidas à AIMA, ao SEAPI e à Segurança Social.

Numa perspetiva transversal, o Gabinete Jurídico presta apoio contínuo aos restantes Gabinetes do JRS, procedendo à revisão e à colaboração na elaboração de protocolos e outros instrumentos jurídicos necessários ao desenvolvimento da atividade institucional.

### 3.4.7. Mediadores AIMA e EMAIMA

#### AIMA

Em 2025, o JRS manteve em vigor um protocolo que prevê a disponibilização de 14 mediadores socioculturais destinados a apoiar o atendimento ao público, desempenhando funções que abrangem o atendimento direto, a triagem, o apoio administrativo, o agendamento, a prestação de informação e o reencaminhamento de cidadãos estrangeiros.

Ao longo do ano, os mediadores socioculturais do JRS exerceram funções no Centro de Contacto da AIMA, contribuindo de forma significativa para a missão essencial de regularização documental das pessoas migrantes.

Embora o protocolo preveja a atuação de 26 mediadores, apenas 13 se encontram atualmente ao serviço, o que naturalmente limita a capacidade de resposta e a possibilidade de assegurar um atendimento mais abrangente. Os mediadores atualmente em funções junto da AIMA encontram-se abrangidos por contratos de trabalho sem termo.

#### EMAIMA

O JRS celebrou um Protocolo de Cooperação com a Estrutura de Missão para a Recuperação de Processos Pendentes na AIMA (EMAIMA) e com a Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P. (AIMA), cuja vigência inicial estava estabelecida até 31 de maio de 2025, tendo sido posteriormente prorrogada até 31 de dezembro de 2025.

O referido protocolo tem como objetivo promover a colaboração entre as partes na realização de atendimentos relativos a processos de regularização pendentes, implicando a disponibilização de mediadores socioculturais por parte do JRS. Estes me-

ef. A Jéper.  
MP

diadores, inicialmente 20, e no final do ano 15, são responsáveis pelo atendimento de cidadãos com processos de concessão ou renovação de autorização de residência, assegurando atividades como o acolhimento, a triagem documental, a prestação de informações, o apoio técnico, a recolha de dados biométricos e o encaminhamento dos processos para instrução e decisão.



Ao longo de todo o período de colaboração, os mediadores socioculturais do JRS desempenharam um papel determinante na triagem documental e na recolha de dados biométricos, contribuindo de forma decisiva para que os requerentes pudessem dar seguimento aos seus pedidos de autorização de residência de maneira célere, estruturada e eficiente.

uf. A  
Social Leapfrog

# 4. Social Leapfrog

O JRS em 2025 iniciou uma colaboração com a Nova SBE no âmbito do Programa *Social Leapfrog*. Este é um programa de capacitação customizado para organizações sociais, que ambiciona promover um espaço de reflexão e transferência de conhecimento durante um período de três anos.

Este programa conta com o apoio de toda a comunidade da Nova SBE (alunos, antigos alunos, docentes, *staff* e parceiros) e inclui uma grande diversidade de atividades, tal como a formação de que a escola dispõe (cadeiras de mestrado e programa da formação de executivos), programas de mentoria e *coaching*, projetos com alunos (dissertações de mestrado, clubes de alunos e estágios *pro bono*), *workshops* com alguns docentes da escola, entre outros.

O principal objetivo do programa é ajudar as organizações a “dar um salto” no que diz respeito a impacto (i.e., atingindo mais beneficiários ou mais profundamente os beneficiários atuais) e sustentabilidade financeira (i.e. sendo mais autossustentáveis).

Este programa conta também com as parcerias da consultora KPMG e do consultório de advogados da Viera de Almeida (VdA).

No último ano, e primeiro do projeto, destacam-se as seguintes ações:

- ◆ Realização de um Diagnóstico Organizacional e apresentação de relatório com recomendações: Desenvolvido por Clube de Alunos da Nova SBE;
- ◆ Realização do Diagnóstico legal e apresentação do relatório com recomendações: elaborado pela Sociedade de Advogados Vieira de Almeida;
- ◆ Realização do Diagnóstico fiscal e contabilístico e apresentação de um relatório preliminar com recomendações: elaborado pela consultora KPMG;
- ◆ Realização de uma tese de mestrado sobre o tema: “Developing a strategic funding model for long-term stability, sustainability and organizational resilience: a case-study for JRS Portugal”.
- ◆ Participação de colaboradores do JRS em ações de formação na Nova SBE, tais como: “Hybridity e Social Business Models”; “Annual Meeting Social Leapfrog”; Gestão Financeira e Avaliação de Projetos; Alinhamento Estratégico e Visão de Longo Prazo.

# 5. Resposta do JRS ao Plano Apostólico da Província Portuguesa da Companhia de Jesus (PAP)

O PAP é um documento que foi enviado a todas as comunidades e obras com algum tipo de vínculo à Província Portuguesa da Companhia de Jesus (PPCJ), para promover um debate interno e responder a alguns desafios que a PPCJ sente serem mais prementes na nossa sociedade e no seu modo de proceder.

Durante o ano de 2025 o JRS procurou responder aos seguintes desafios:

- ◆ Fomentar, entre jesuítas e colaboradores, a consciência de missão partilhada;
- ◆ Promover e consolidar uma maior implicação da Província no JRS.

Para isso decorreram as seguintes atividades:

- ◆ Vista o Provincial dos Jesuítas ao JRS, onde teve oportunidade de conversar com um grupo de colaboradores;
- ◆ Visitas a Comunidades dos Jesuítas e Centros Universitários para falar sobre o trabalho do JRS, promover pontes e sensibilizar os jesuítas para o trabalho que se faz em prol dos migrantes;
- ◆ No âmbito da formação inicial de um jesuíta, dois noviços tiveram a sua “Prova de Hospital”, no Centro de Vila Nova de Gaia;
- ◆ Foi também desenvolvido um trabalho de sensibilização, junto das Comunidades de Vida Cristã, de forma a que possa haver uma maior colaboração destas no JRS;
- ◆ Com um grupo de colaboradores do JRS foi realizada uma visita a duas obras da PPCJ, a Brotéria e a Associação Padre Amadeu Pinto;
- ◆ Celebração do aniversário do JRS, com missa e almoço, onde foram convidadas pessoas de várias obras inicianas.
- ◆ Participação do JRS na Assembleia Social da PPCJ, promovida pela Comissão do Apostolado Social.

Estas atividades são um início de um processo que esperamos possa ter como resultado uma maior implicação do JRS no “corpo da PPCJ” e que, pelo contrário, os jesuítas e as outras obras possam conhecer melhor o trabalho feito pelo JRS de forma a podermos criar novas sinergias e uma maior colaboração entre todos.

# Anexo: Parceiros e Financiadores 2025

Ao longo do ano, o JRS contou com a colaboração de mais de 250 entidades, entre organismos públicos, organizações da sociedade civil, empresas e outras estruturas locais e nacionais. Esta rede alargada de cooperação revelou-se fundamental para assegurar uma resposta integrada, complementar e ajustada às necessidades das pessoas acompanhadas, potenciando recursos, conhecimento técnico e capacidade de intervenção no terreno.

Esta articulação interinstitucional permitiu reforçar a eficácia das ações desenvolvidas, promover sinergias e consolidar uma abordagem colaborativa assente na partilha de responsabilidades e na otimização de meios. Neste contexto, e não sendo possível elencar todas as entidades, apresentam-se de seguida as parcerias formais estabelecidas e mantidas ao longo do ano em análise, que enquadraram e sustentaram parte significativa da atividade da organização.

AIMA - Agência para a Integração Migrações e Asilo  
APDES - Agência Piaget para o Desenvolvimento  
APPC - Associação do Porto de Paralisia Cerebral  
Associação Benéfica e Previdente  
Banco do Bebê  
BNP Paribas  
Camara Municipal de Lisboa  
Câmara Municipal do Porto  
CECOA – Centro de Formação Profissional para Comércio e Afins  
Continente de Vila Nova de Gaia  
Escola Superior de Educação do Porto  
Espírito da Sabedoria  
Externato Santa Clara  
Faculdade de Motricidade Humana  
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade Católica do Porto  
FAMI 2030  
FCSVP - Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo  
Fundação Calouste Gulbenkian  
Gi Group  
Grupo Jerónimo Martins  
Hospital da Ordem Terceira  
Hotel D. Pedro  
IAC – Instituto Apoio à Criança  
IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa  
ISSSP - Instituto Superior de Serviço Social do Porto  
Joaquim Chaves Clínicas Médicas Ambulatório, Soc. Unipessoal, Lda

JRS EU  
JRS IO & USA  
LPPS - Liga Portuguesa de Profilaxia Social  
Meristema  
NPISA - Nucleo de Intervenção para a Pessoa sem Abrigo  
OIM - Organização Internacional para as migrações  
OPP - Ordem dos Psicólogos Portugueses  
Orbitur  
OZ Energia  
Pestana  
Pestox  
Província Portuguesa da Congregação do Santíssimo Redentor  
Província Portuguesa da Sociedade Salesiana  
PSP - Policia de Segurança Pública  
Segurança Social  
Social Innovation Sports  
The Fladgate Partnership Group  
UCP - Universidade Católica Portuguesa  
Unilabs  
Universidade Nova SBE

*Handwritten notes:*  
M. 15  
10/11  
L. 15  
10/11



MH  
M. A. H.  
Freitas

# Nota final

Mesmo em tempos nada fáceis nem favoráveis, não deixa de ser impressionante o trabalho que o JRS-P levou acabo ao longo de 2025, tal como este Relatório de Atividades revela.

Ao percorrê-lo numa leitura atenta, da primeira à última página, somos conduzidos pela narrativa das diferentes áreas às quais o JRS-P se dedica na sua nobre missão de Acompanhar, Servir e Defender os mais desfavorecidos e fragilizados dos migrantes, sejam eles imigrantes ou refugiados.

É um trabalho incansável de uma vasta Equipa liderada pelo Diretor-Geral, André Costa Jorge, coadjuvado pelo Diretor-Geral Adjunto, Pe. Fernando Ribeiro, sj, e por todos aqueles e aquelas que integram os diferentes setores do JRS-P. Um trabalho tantas vezes discreto, mas eivado de profissionalismo, de dedicação e empenho, e que produz tantos frutos que nos alegram e consolam.

Mais do que números ou métricas, este documento reflete rostos e histórias de superação. É no encontro diário com o outro que renovamos o nosso compromisso, transformando a fragilidade em dignidade e a incerteza em esperança, mantendo viva a chama de uma hospitalidade que não conhece fronteiras nem desiste perante as contrariedades.

A Direção congratula-se com os resultados alcançados e expressa o seu profundo reconhecimento a todos os colaboradores, voluntários e benfeitores. É graças a este empenho coletivo que o JRS-P continua a transformar dificuldades em frutos concretos, garantindo que o bem é, acima de tudo, "bem feito" em prol de quem nos bate à porta.

Uma palavra muito particular para todos aqueles colaboradores que tiveram de abandonar o JRS-P por causa dos constrangimentos orçamentais aos quais somos alheios e que tanto deram a esta nobre causa. É com muita pena que os vemos partir, mas temos a certeza de que partem mais enriquecidos humanamente e que levam um pouco de cada um de nós. A todos eles uma menção muito especial e os votos de muitas felicidades.

Um grande bem-haja!

**Pe. Domingos de Freitas, sj**  
Presidente da Direção do JRS-P



18 de março de 2026

**A Direção:**

Domingos Alberto Rodrigues de Freitas

Domingos Alberto Rodrigues de Freitas

Maria Irene Azevedo Guia

Maria Irene Azevedo Guia

Nuno Filipe dos Reis Marques

Nuno Filipe dos Reis Marques

José António Barreto de Almeida Barreiros

José António Barreto de Almeida Barreiros

Inês Susana Costa Braizinha

Inês Susana Costa Braizinha